

**PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO PUTUMAYO-IÇÁ PLANO DE**

**ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

**AGÊNCIA EXECUTORA**

**Sociedade de Conservação da Vida Selvagem - WCS**

**AGÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO**

**Banco Mundial**

**Março de 2024**

**Bogotá - Colômbia**

## Tabela de conteúdo

Abreviações e acrônimos	3
<b>1. Introdução.....</b>	<b>7</b>
1.1.    Objetivos do Plano de Engajamento das Partes Interessadas	7
1.2.    Descrição do projeto	7
<b>2. Estrutura legal e jurídica para o engajamento das partes interessadas .....</b>	<b>10</b>
2.1.    Instrumentos internacionais que os países subscreveram	10
2.2.    Estrutura jurídica por país	10
2.2.1 Participação e acesso à informação	11
2.2.2 Consulta aos povos indígenas	12
2.3.    Políticas do Banco Mundial	14
2.4.    Políticas da WCS sobre participação e consulta	15
2.5 Políticas do GEF	15
<b>3. Identificação e análise das partes interessadas .....</b>	<b>15</b>
3.1 Partes afetadas	16
3.2 Grupos vulneráveis e desfavorecidos	18
3.3 Outras partes interessadas	20
3.3.1. Setor privado	21
<b>4. Estratégia de engajamento das partes interessadas .....</b>	<b>23</b>
4.1 Socialização e diálogo face a face com as partes interessadas.	28
4.2 Participação durante a implementação do Projeto.	28
<b>5. Mecanismo para lidar com reclamações e queixas.....</b>	<b>29</b>
5.1 O que é uma reclamação e queixa?	30
5.2 Quem pode registrar uma reclamação ou queixa?	30
5.3 Como faço para registrar uma reclamação e queixa?	30
5.4 Como são tratadas as reclamações e queixas?	32
<b>6. Implementação, acompanhamento e monitoramento do de Engajamento de Partes Interessadas</b>	<b>34</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>35</b>
Anexo 1. Lista de unidades político-administrativas envolvidas no projeto	35
Anexo 2. Estrutura legal do Brasil, Colômbia, Equador e Peru sobre participação, acesso à informação e consulta livre e informada com povos indígenas.	35
Anexo 3. Plano de trabalho para socialização presencial com as partes interessadas em 2024.	36

## Abreviações e acrônimos

AAO	Andes Amazônia Orinoco
AATI ASOAIMTAM	Associação de Autoridades Indígenas Tradicionais de Tarapacá Amazonas
ACILAPP	Asociación de Cabildos y Autoridades del Predio Putumayo (Associação de Conselhos e Autoridades do Predio Putumayo)
ACIMA	Associação dos Capitães Indígenas de Mirití Amazonas
ACIMVIP	Asociación de Cabildos Indígenas del Municipio de Villagarzón Putumayo (Associação de Conselhos Indígenas do Município de Villagarzón Putumayo)
ACIPAP	Associação do Povo Awa.
ACIPS	Associação dos Conselhos Indígenas do Povo Siona.
ACITAM	Associação dos Conselhos Indígenas do Trapézio Amazônico
ACIYA	Associação de Capitães Indígenas de Yaigojé-Apaporis
ACT	Equipe de Conservação da Amazônia
ADAFROCOD	Associação para o Desenvolvimento Afro-Colombiano de La Dorada
AFRO ORITENSANO	Associação de comunidades oritreanas
AFROVILLARBOLENSES	Fundação para a promoção e o desenvolvimento das comunidades Afro-Villa Arbolenses.
AFROASISENSE	Movimento de pessoas negras de Puerto Asis pelos direitos humanos de mulheres e meninas na América Latina Comunidades afro-asiáticas
AFROCOBA	Associação para o Desenvolvimento Afro-Colombiano de Bajo Amarón
AFRODES	Associação de comunidades negras de Puerto Asis
AFROLEGUIZAMO	Associação pelos direitos dos afrodescendentes que vivem no município de Leguizamo
AFROMOCOENSES	Associação Afromocoense
AFROPUERTOCOLONENSE	Associação da comunidade afro-coloniana
AFROTESALIA	Fundação para a promoção e o desenvolvimento de comunidades afro na Tessália
AFRO-VILLAGARZÓN	Organização da comunidade afro de Villagarzón
AIDSESP	Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana
AINZA	Conselho indígena organizado da área de Arica
AIPEA	Associação de Autoridades Indígenas de Pedrera Amazonas
AIZA	Conselho indígena organizado da área de Arica
ALTRÓPICO	Fundação Altropic
AMIT	Associação de Mulheres Indígenas Tikuna
ANA Brasil	Agência Nacional de Águas do Brasil
ANA Peru	Autoridade Nacional de Águas do Peru
ANDI	Associação Nacional de Industriais (Colômbia)
ANP	Áreas naturais protegidas
APIPOATA	Asociación Piscícola Productora de Peces Ornamentales y Artesanales de Tarapacá (Associação de Produtores de Peixes Ornamentais e Artesanais de Tarapacá) Amazon
APKAC	Associação do Povo Kichwa
ASCAC	Associação da Comunidade Afro-Caucasiana
ASMOCUTAR	Associação Comunitária de Mulheres de Tarapacá
ASOAIMTAM	Associação de autoridades indígenas de Tarapacá, Amazonas

ASOCIPCA	Associação de Conselhos Indígenas de Puerto Caicedo.
ASOINGA	Associação dos Conselhos Indígenas Inga de Puerto Guzmán.
ASOMI	Associação de Mulheres Indígenas.
ASOPASTOS	Associação das Autoridades Indígenas das Pastagens
ASOPESTAR	Associação de Pescadores de Tarapacá
ASSCOMAL/Rio Içá	Associação das Comunidades Manejadoras de lagos do Rio Içá (Association of Lake Management Communities of the Içá River)
AUNAP	Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca
AZCAITA	Associação de Cabildos e Autoridades Indígenas de Tradição Indígena da Trapézio da Amazônia
AZICATCH	Associação Indígena Zonal de Cabildos e Autoridades de La Chorrera
BM	Banco Mundial
CAIOP	Conselho de Autoridades Indígenas de Orito Putumayo.
CEDIA	Centro de Desenvolvimento dos Povos Indígenas da Amazônia
CI	Conservação Internacional
CIMTAR	Cabildo Indígena Mayor de Tarapacá (Conselho Indígena Maior de Tarapacá)
FPIC	Conservação baseada em direitos e consentimento livre, prévio e informado
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA	Coordenadora Indígena de la Cuenca Amazónica (Coordenadora Indígena da Bacia Amazônica)
COINPA	Conselho Indígena de Puerto Alegria
CONAIE	Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador
CORPOAMAZÔNIA	Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonía (Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia)
CRIMA	Conselho Indígena Regional do Médio Amazonas
DIREPRO	Diretoria Regional de Produção do Governo Regional de Loreto
EAGS	Equipe de gerenciamento de garantias sociais
EAS	Padrão ambiental e social
EUA	Estados Unidos
SDCF	Fundação Conservação e Desenvolvimento Sustentável
FECOIBAP	Federação das Comunidades Indígenas do Baixo Putumayo
FECONAFROPU	Federación de Comunidades Nativas Fronterizas del Putumayo (Federação das Comunidades Nativas Fronteiriças do Putumayo)
FECONAMAI	Federação das Comunidades Nativas Maiyuna
FECONAMNCUA	Federación de Comunidades Nativas del Medio Napo Curaray y Arabela (Federação das Comunidades Nativas do Médio Napo Curaray e Arabela)
FECOTYBA	Federação das Comunidades Tikuna e Yahua do Baixo Amazonas
FEINCE	Nacionalidade Cofán
FEMA	Procuradoria Especial para Assuntos Ambientais
FEPYRA	Federação dos Povos Yagua do Rio Apayacu
FIKAPIRM	Federação Indígena Kichwa do Alto Putumayo Inti Runa
FUNPRODECAFROCVAG	Fundação para a promoção e o desenvolvimento das comunidades afro-colombianas do Vale de Guamuéz
FWA	Garantia estendida federal

FZS	Sociedade Zoológica de Frankfurt
GAD	Governo autônomo descentralizado
GAIA	Fundação GAIA
GILAT	Equipamento de rádio
GOREL	Governo Regional de Loreto
IBC	Instituto para o Bem Comum
ICMBio	Instituto Chico Mendes Conservação da Biodiversidade
IDSM	Instituto Mamirauá de Desenvolvimento Sustentável
IGP	Instituto Geofísico do Peru
IIAP	Instituto de Pesquisa da Amazônia Peruana
INABIO	Instituto Nacional de Biodiversidade
INP	Instituto Nacional de Pesca
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IPIAP	Instituto Público de Pesquisa em Aquicultura e Pesca
IRB	Conselho de Revisão de Pesquisa em Assuntos Humanos (Conselho de Revisão Institucional)
KIPARA	Associação do Povo Embera.
KWE'EX KSA'W	Associação Popular da Nasa.
MAATE	Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica do Equador
Minambiente	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia
MGAS	Estrutura de gerenciamento ambiental e social
MINAM	Ministério do Meio Ambiente do Peru
Minsalud	Ministério da Saúde
MNE	Comunidade do Norte do Equador
MOWACTHA	Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Paranapara I.
MRA	Mecanismo global de reparação de queixas
NCI	Natureza e Cultura Internacional
OCIBPRY	Organização das comunidades indígenas do Bajo Putumayo e do Rio Yaguas
OCIMPA	Organização dos Conselhos Indígenas de Puerto Asís
OEFA	Agência de Avaliação e Fiscalização Ambiental
OIMA	Organização indígena do povo Muruy do Amazonas
OINCE	Organización Indígena de la Nacionalidad Cofán del Ecuador (Organização Indígena da Nacionalidade Cofán do Equador)
OINSE	Nacionalidade Siona
OISPE	Organização Indígena Secoya do Peru
OKAS	Organização Kambeba do Alto Solimões
ONAMIAP	Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru
ONG	Organizações não governamentais
ONIC	Organização Nacional dos Povos Indígenas da Colômbia
ONISE	Organização da Nacionalidade Indígena Siona do Equador
OPIAC	Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana
ORCONEPUL	Organização de negros de Puerto Limón

ORPIO	Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente)
CSO	Organizações da sociedade civil
OZIP	Organização Indígena Zonal de Putumayo
PANI	Associação de autoridades indígenas dos povos Miraña e Bora del Medio Amazon
PEDICP	Projeto Especial para o Desenvolvimento Integral da Bacia do Putumayo
PIA	Povos indígenas em isolamento voluntário
PNCBMCC	Programa Nacional de Conservação Florestal para Mitigação da Mudança Climática Clima
PNN	Parques Nacionais Naturais da Colômbia
ProAmazônia	Programa Integrado Amazônico de Conservação Florestal e Produção Sustentável
RSC	Comitê de Direção Regional
SANIPES	Agência Nacional de Saúde da Pesca
SAP	Programa de ação estratégica
SEDECTI	Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia (Brasil).
SEMA	Secretário do Meio Ambiente do Estado do Amazonas (Brasil)
SEP	Plano de envolvimento das partes interessadas (Engagement Plan)
SEPA	Secretário Executivo de Pesca e Aquicultura do Estado do Amazonas (Brasil)
SEPROR	Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (Brasil)
SERFOR	Serviço Nacional de Florestas e Vida Selvagem
SERNANP	Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (Peru)
SINCHI	Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas
SSMT	Equipe de gerenciamento de salvaguardas sociais
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
WCS	Sociedade de Conservação da Vida Selvagem
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

## **1. Introdução**

Este documento estabelece o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) para o Projeto "Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Putumayo-Içá". Este documento é parte do processo de conformidade com os Padrões Sociais e Ambientais do Banco Mundial (BM) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência executora regional do Projeto, em resposta ao Padrão 10 do BM, que busca devido relacionamento com todas as partes interessadas de maneira social e culturalmente apropriada. Nesse contexto, é apresentada uma análise da estrutura para o envolvimento das partes interessadas, incluindo a identificação de instrumentos internacionais assinados pelos países, a estrutura legal de cada país e as políticas da WCS, do Banco Mundial e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Além disso, as partes interessadas e afetadas são caracterizadas e a estratégia a ser usada para promover sua participação nos processos de socialização e consulta do Projeto é proposta. Por fim, são definidos o mecanismo para lidar queixas e reclamações e as ferramentas de acompanhamento e monitoramento, bem como o pessoal envolvido, a fim de cumprir as atividades estabelecidas neste documento.

### **1.1. Objetivos do Plano de Engajamento de Partes Interessadas**

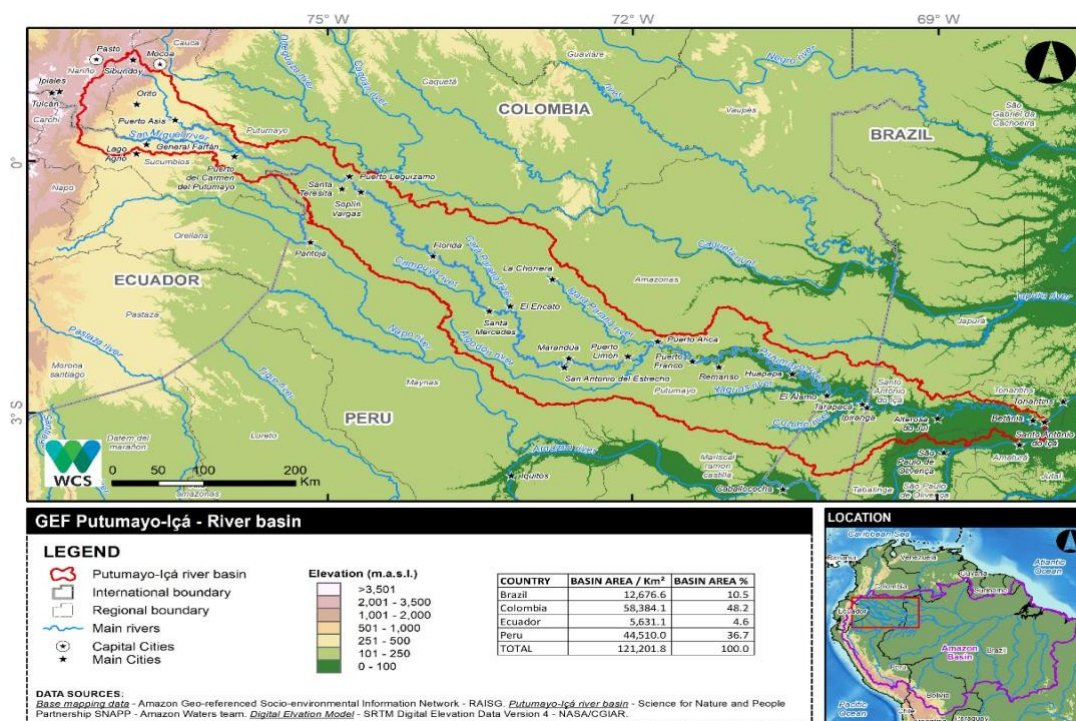
De acordo com o EAS 10, os objetivos do Plano de Engajamento das Partes Interessadas são:

- Estabelecer uma abordagem sistemática para o envolvimento das partes interessadas que ajudará os Mutuários a identificar as partes interessadas e a construir e manter um relacionamento construtivo com elas, especialmente com as partes afetadas pelo projeto.
- Avaliar o nível de interesse e apoio das partes interessadas ao Projeto, permitindo que suas opiniões sejam consideradas na elaboração do Projeto e no desempenho ambiental e social.
- Promover, durante todo o ciclo do Projeto, a participação inclusiva e efetiva das partes afetadas em relação a questões que possam ter impacto sobre elas, fornecendo os meios necessários para essa participação.
- Garantir que informações adequadas, acessíveis, oportunas, compreensíveis e apropriadas sobre os riscos e impactos ambientais e sociais sejam divulgadas às partes interessadas.

O documento também leva em consideração o EAS 1 relacionado à avaliação e gestão de riscos e impactos sociais e ambientais, o EAS 7 relacionado à identificação, caracterização e participação das partes interessadas dos Povos Indígenas (Banco Mundial, 2016), bem como a abordagem de inclusão social definida na Diretiva de Pessoas Desfavorecidas do Banco Mundial e as medidas a serem levadas em consideração sobre a situação de saúde devido à pandemia de Covid-19.

### **1.2. Descrição do projeto**

O projeto será implementado na bacia do rio Putumayo-Içá, o décimo maior afluente do rio Amazonas. Sua bacia cobre 118.000 km<sup>2</sup>, aproximadamente 1,7% da bacia amazônica, nos países da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, onde deságua no rio Amazonas (Solimões, como é chamado nessa região), conectando assim as montanhas dos Andes com uma intrincada rede de rios, lagos e florestas inundadas (Mapa 1). Ao longo de seu curso, o Putumayo-Içá recebe água dos rios Yaguas e Cotuhé, duas das bacias hidrográficas com maior biodiversidade do mundo. Dos grandes rios da Amazônia, o Putumayo-Içá é provavelmente o único que permaneceu como um rio de fluxo livre, considerando a inexistência de planos hidrelétricos ao longo de seu curso.



Mapa 1 Bacia do rio Putumayo - Içá.

Em termos político-administrativos, a bacia abrange quatro (4) Estados Nacionais: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Dependendo da ordem político-administrativa de cada país, a área envolvida no Projeto afeta de alguma forma 5 departamentos, 2 províncias e, em nível local, 4 distritos, 32 municípios, 6 cantões e 17 paróquias (Tabela 1, Anexo 1).

Tabela 1: Jurisdições político-administrativas relacionadas ao Projeto

Jurisdições supralocais			Jurisdições locais			
País	Departamentos/Estados	Províncias	Distritos	Municípios	Cantões	Paróquias
Brasil	1			6		
Colômbia	3			26		
Equador		1			6	17
Peru	1	1	4			
<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	<b>6</b>	<b>17</b>

Estima-se que aproximadamente 45% da bacia seja composta por territórios indígenas dos povos Murui Muina, Bora, Miraña, Ocaina, Kichwa, Yagua, Tikuna, Maijuna, Secoya, Cofan, Siona, Cocama, Resigaró, Witoto, Tupi-Guaraní, Peba-Yagua, Quechua e Tucano; organizados em mais de 153 comunidades e 60 resguardos (Tabela 2).

Tabela 2: Número de comunidades indígenas e resguardos na Bacia do Putumayo-Içá.

País	Comunidades	Resguardos
Brasil	55	
Colômbia		60
Equador	19	
Peru	79	
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>60</b>



Além disso, dentro e nas proximidades da bacia média do rio Putumayo Içá, há conhecimento presença de dois (2) Povos Indígenas em Isolamento (PIA)<sup>1</sup> confirmados Parque Nacional Natural Río Puré e indicações de pelo menos mais quatro (4) a serem confirmados. , um está localizado ao sul do rio Putumayo, na fronteira entre a Colômbia e o Peru, e pelo menos mais três ao norte, na bacia hidrográfica dos rios Putumayo e Caquetá, na reserva Predio Putumayo.

Em termos demográficos, a bacia inclui algumas das comunidades mais remotas, economicamente desfavorecidas e vulneráveis, com a menor densidade populacional. Com relação a essa última variável, os dados demográficos da região estão disponíveis apenas parcialmente, devido ao seu afastamento e à dispersão de informações entre as fronteiras nacionais. Entretanto, foi estabelecido que a densidade populacional total da bacia é <14 habitantes/km<sup>2</sup>, com flutuações entre 75,4 habitantes/km<sup>2</sup> nas capitais municipais colombianas e menos de 5 habitantes/km<sup>2</sup> no território brasileiro. Estima-se que a população indígena e afrodescendente que será afetada pelo Projeto seja de 68.071 pessoas, distribuídas por país da seguinte forma (Tabela 3):

*Tabela 3: Distribuição da população em comunidades e resguardos. Fonte: Censo oficial.*

País	Número de pessoas
Brasil	11.534
Colômbia	38.436
Equador	15.843
Peru	5.239
<b>Total</b>	<b>71.106</b>

É importante destacar que os povos indígenas habitam a região há milhares de anos e, atualmente, a maior parte da população vive na **parte central** da bacia. Na segunda metade do século passado, a **parte superior** da bacia recebeu grandes influxos de outros grupos indígenas (Nasa, Awá, Pastos, Emberá-Chami, Emberá-Katio, Yanakona, entre outros) e de populações migrantes camponesas e afro-colombianas. Alguns desses grupos chegaram à área deslocados pela violência. Seus meios de subsistência tradicionais giram em torno da pesca, caça, produtos florestais madeireiros e não madeireiros e agricultura, enquanto atividades como a mineração artesanal ilegal e o plantio de culturas ilícitas estão aumentando em diferentes áreas.

Nesse contexto, o Projeto aumentará a capacidade do Brasil, da Colômbia, do Equador e do Peru de trabalhar coletivamente para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos e hidrobiológicos, mobilizando ações locais, subnacionais, nacionais e multinacionais para uma intervenção abrangente que fortaleça o conhecimento e a governança na Bacia do Putumayo-Içá. Em particular, fortalecerá a capacidade de gestão organizacional comunidades locais e entidades públicas; facilitará a geração, o gerenciamento, a disseminação e o intercâmbio sistemático de conhecimento e informações para todos os setores e níveis de partes interessadas; possibilitará o diálogo, a cooperação e a coordenação efetivos nos níveis regional e transfronteiriço; promoverá e apoiará a adaptação, a implementação, o gerenciamento e o monitoramento da eficiência das políticas locais, nacionais e regionais; promoverá diferentes abordagens para tornar a água mais acessível e sustentável.

---

<sup>1</sup> Povos isolados são "povos indígenas ou segmentos de povos indígenas que não mantêm contato regular com a população majoritária e que também tendem a evitar qualquer contato com pessoas de fora". Fonte: Equipe de Conservação da Amazônia, comunicação pessoal; com base em "Diretrizes da ONU para a Proteção Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial na Região Amazônica, Gran Chaco e Paraguai Oriental: Resultado das Consultas do OHCHR na Região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela" (maio de 2012).

abordar os possíveis impactos da contaminação da água por mercúrio e outros poluentes de atividades legais e ilegais; e identificar e fortalecer o gerenciamento sustentável de recursos hídricos e ecossistemas, incluindo abordagens baseadas no mercado e não baseadas no mercado. Também apoiará as comunidades cujos meios de subsistência tenham sido afetados por doenças e/ou medidas de distanciamento social para evitar a disseminação da Covid-19, por meio de atividades geradoras de emprego/vida, como policiamento comunitário e sistemas produtivos. Por fim, destaca-se que as ações relacionadas ao conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões terão um escopo de toda a bacia; no entanto, os investimentos-piloto serão feitos por meio de subprojetos em locais que foram priorizados técnica e socialmente, mas cuja localização exata será determinada durante a implementação do Projeto.

## **2. Estrutura legal e jurídica para o engajamento das partes interessadas**

A seguir, um contexto geral da estrutura legal e jurídica para o envolvimento das partes interessadas em nível internacional e em cada país, bem como de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos pela WCS e pelo Banco Mundial.

### **2.1. Instrumentos internacionais aos quais os países aderiram**

Com relação à participação e ao acesso à informação, os quatro países, em suas respectivas , reconhecem a liberdade de expressão, o acesso à informação e a participação cidadã como direitos dos cidadãos. Com relação à Consulta Livre, Prévia e Informada aos Povos Indígenas, todos os quatro países ratificaram a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais<sup>2</sup>, que busca assegurar que os países garantam o direito dos povos indígenas e tribais de decidir suas próprias prioridades de desenvolvimento, na medida em que isso afete suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual e suas terras, e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Ela afirma que os povos em questão deverão ser consultados, por meio de procedimentos apropriados e, em especial, por meio de suas instituições representativas, sempre que forem consideradas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente (Art. 6.1.a).

Por outro lado,<sup>3</sup> a **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007)** estabelece padrões mínimos de respeito aos direitos coletivos e individuais dos povos indígenas, especialmente seus direitos às suas terras, propriedades, recursos vitais, territórios e recursos, à sua cultura, identidade e idioma, ao emprego, à saúde, à educação, à consulta prévia e à livre determinação de sua situação política e desenvolvimento econômico.

### **2.2. Estrutura jurídica por país**

Tendo em vista a importância de reconhecer e consolidar a participação ampla e informada dos povos indígenas nas diferentes ações a serem implementadas pelo Projeto Putumayo-Içá, apresentamos a seguir um diagnóstico da estrutura legal no Brasil, Colômbia, Equador e Peru, em termos de

---

<sup>2</sup> Ratificado por 23 países: pelo Peru, em 2 de fevereiro de 1994; Colômbia, em 7 de agosto de 1991; pelo Equador, em 15 de maio de 1998; e pelo Brasil, em 25 de julho de 2002. Acessado em 14 de outubro de 2020, site do OIT: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300\\_INSTRUMENT\\_ID:312314](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312314)

<sup>3</sup> Adotado pelo Brasil, Equador e Peru em 13 de setembro de 2007.

referentes à participação, acesso à informação e consulta livre e informada aos povos indígenas, a fim de garantir a natureza participativa do Projeto. Essa estrutura legal está consolidada no Anexo 2.

### **2.2.1 Participação e acesso à informação Brasil:**

- A Constituição Política da República Federativa do Brasil (1988) reconhece a liberdade de expressão e o direito de acesso à informação (Art. 5º), e determina a criação de sistemas únicos de proteção social que envolvem a criação e o funcionamento de conselhos gestores municipais, estaduais e federais, promovendo a participação do cidadão nas políticas públicas.
- Lei de Acesso a Dados e Informações Ambientais (Lei nº 10.650/2003) nos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, referente a processos administrativos, arquivos e documentos sobre questões que possam ter impacto no meio ambiente, bem como emergências ambientais, emissões de líquidos e gases, entre outros.
- A Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433/1997), no que diz respeito à participação cidadã, determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e envolver a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.
- Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011), que trata do direito de todos de receber dos órgãos públicos, em todos os níveis administrativos, informações de interesse particular ou coletivo.
- A Lei da Transparência LC 131/2009) foi criada para divulgar em tempo real as receitas e despesas de cada entidade pública (em um prazo máximo de 24 horas) em um site.

### **Colômbia:**

- A Constituição Política da República da Colômbia (1991) estabelece que é função do Estado facilitar a participação do cidadão na tomada de decisões (Art. 2º) e que a lei organizará as formas e os sistemas de participação do cidadão para monitorar a gestão pública (Art. 270º). Também garante a participação da comunidade nas decisões ambientais que possam afetá-la (Art. 78º e 79º).
- A Lei de Supervisão Cidadã (Lei nº 850/2003) estabelece um mecanismo que permite que os cidadãos e as organizações comunitárias exerçam supervisão sobre a administração pública nas áreas, aspectos e níveis em que os recursos públicos são usados no todo ou em parte.
- A Lei de Transparência e Direito de Acesso à Informação (Lei nº 1.712/2014) define o acesso às informações públicas como um direito fundamental e regulamenta como os indivíduos podem acessar as informações públicas.
- A Lei Estatutária de Participação (Lei nº 1757/2015) determina disposições para a promoção e proteção do direito à participação democrática e garante mecanismos de participação no planejamento do desenvolvimento, políticas sociais, convivência e reconciliação dos cidadãos e inclusão de populações tradicionalmente excluídas (Art. 104º, cláusula b).

### **Equador:**

- A Constituição Política do Equador (2008) estabelece o direito de todas as pessoas de acessar livremente as informações geradas em entidades públicas ou privadas que administram fundos do Estado ou desempenham funções públicas (art. 18); e o direito de participar da elaboração de planos e políticas nacionais, locais e setoriais, agendas de desenvolvimento e orçamentos, promovendo a educação cidadã (art. 83, parágrafo 3, art. 100, parágrafos a, b, c, ).

- A Lei Orgânica de Participação Cidadã (2010) promove e garante o exercício dos direitos de participação dos cidadãos, coletivos, comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, povos afro-equatorianos e montubianos, de forma protagonista na tomada de decisões (Art. 1º), no planejamento e na gestão dos assuntos públicos (Art. 29º). Estabelece como princípios a igualdade, o interculturalismo, a plurinacionalidade e a paridade de gênero (Art. 4).
- A Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública (Lei nº 24/2004) reconhece o acesso à informação pública como um direito dos indivíduos garantido pelo Estado (Art. 1, parágrafo 1) e, entre seus objetivos, está o de participação efetiva dos cidadãos tomada de decisões e supervisão das decisões de interesse geral (Art. 2, parágrafo f).

#### **Peru:**

- A Constituição Política do Peru (1993) consagra o acesso à informação e o direito dos cidadãos de participar de assuntos públicos (Art. 2º e 31º) e declara que é direito e dever dos residentes participar do governo municipal de sua jurisdição.
- A Lei sobre os Direitos de Participação e Controle do Cidadão (Lei N°26300/1994) regulamenta o exercício dos direitos de participação e controle do cidadão de acordo com a Constituição (Art. 1); entre os direitos, destaca-se o direito de iniciativa na formação de leis e disposições municipais e regionais (Art. 2 b e d).
- A Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública (N° 27806/2002) promove a transparência das ações do Estado e regulamenta o direito de acesso à informação.
- A Lei-Quadro do Sistema Nacional de Gestão Ambiental (Lei nº 28.245/2005) fortalece a participação da sociedade civil na gestão ambiental, para promover a integração de organizações representativas privadas e da sociedade civil na tomada de decisões ambientais.
- Lei Orgânica de Governos Regionais (Lei N°27867/2003 e Lei N°28056/2003): a primeira contém mecanismos para promover a participação cidadã e a transparência pública, e a segunda estabelece a estrutura do orçamento participativo e promove o desenvolvimento de mecanismos e estratégias para a participação da sociedade civil na programação orçamentária e no monitoramento e supervisão da gestão dos recursos públicos.

### **2.2.2 Consulta aos povos indígenas**

Embora os países tenham ratificado a Convenção 169 da OIT, o desenvolvimento de suas estruturas regulatórias nacionais e a implementação do direito à consulta prévia ocorrem em diferentes níveis e, em geral, ficam aquém dos padrões internacionais<sup>(4)</sup>.

**Brasil:** O país não desenvolveu uma estrutura normativa nacional específica, mas possui algumas normas e procedimentos autônomos que os povos indígenas estão implementando para o exercício de seus direitos.

- A Constituição Política da República Federativa do Brasil, no capítulo intitulado "Dos Índios" e no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, faz referência aos direitos territoriais das comunidades afro-brasileiras.
- Decreto Legislativo que ratifica a Convenção 169 (Decreto nº 143/2002).

---

<sup>4</sup> IWGIA (2019). Protocolos autônomos de consulta prévia. Novos caminhos para a autodeterminação dos povos indígenas. na América América. Consulta em 6 de novembro 6, 2020. Link: [https://www.iwgia.org/images/documentos/Protocolos\\_autonomicos\\_de\\_Consulta\\_Previa.pdf](https://www.iwgia.org/images/documentos/Protocolos_autonomicos_de_Consulta_Previa.pdf).

- Protocolos de consulta autônomos desenvolvidos por povos indígenas, com base em seus direitos de autonomia e autodeterminação<sup>5</sup>.

**Colômbia:** a consulta prévia foi implementada por meio de normas setoriais e instrumentos legais sobre o , desenvolvidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e pela Corte Constitucional. Alguns povos indígenas e comunidades afrodescendentes estabeleceram protocolos de relacionamento com estratégias para o exercício dos direitos de consulta, considerando que há diferenças entre os povos que dificultam a padronização de um processo regido por uma lei geral. Entretanto, essa iniciativa não é apoiada pela Direção de Consulta Prévia do Ministério do Interior<sup>6</sup>.

- Constituição Política da Colômbia, artigos 1, 7, 63, 287, 329 e 330, com disposições sobre os direitos dos povos indígenas e o direito à consulta prévia.
- Lei que aprova a Convenção 169 (Lei 21/1991)
- Leis setoriais: A Lei Geral do Meio Ambiente nº 99/93 estabelece que a exploração dos recursos naturais deve ser feita após consulta às comunidades indígenas e afrodescendentes. A Lei 70/1993 reconhece as comunidades negras como um grupo étnico e prevê sua participação na concepção, elaboração e avaliação de estudos de impacto ambiental, socioeconômico e cultural. E o Decreto nº 1320/1998 do Ministério do Interior regulamenta a consulta prévia às comunidades indígenas e negras para a exploração de recursos naturais em seus territórios.
- O Decreto nº 1.397/1996 criou a Comissão Nacional de Territórios Indígenas e a Mesa Redonda Permanente de Consulta (MPC) com organizações indígenas e estabeleceu como uma de suas funções acordar o procedimento de transição e o que é necessário para a participação, consulta e consulta com povos indígenas específicos, enquanto o decreto regulamentar está sendo emitido.
- Diretriz Presidencial nº 001/2010, que estabelece ações exigem consulta, quais não exigem e os mecanismos de consulta.
- O Decreto 2893/2011 cria a Diretoria de Consulta Prévia no Ministério do Interior, responsável pela direção dos processos de consulta.
- Decreto 2613/2013 e Diretriz Presidencial 10/2013, que buscam articular as instituições públicas em torno da Diretoria de Consulta Prévia e, indiretamente, regulamentar a consulta prévia.
- Decisão da Corte Constitucional T-063 / 19.

**Equador:** O direito à consulta prévia é reconhecido na Constituição; há também normas e regulamentos setoriais que reconhecem esse direito e o Tribunal Constitucional do Equador estabeleceu critérios a serem observados nos processos de consulta. Há um projeto de lei sobre consulta prévia, que foi criticado pela falta de participação dos povos indígenas.

- Os artigos 56, 57 e 398 da Constituição consagram o direito à consulta prévia.
- Resolução nº 304/1998 que ratifica a Convenção nº 169
- O Decreto 1247/2012 determina os regulamentos para a implementação da consulta prévia livre e informada nos processos de licitação e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos. No entanto, um

---

<sup>5</sup> Protocolos de consulta específicos: Povo Wajãpi, Povo Munduruku, Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquicamba da Volta Grande do Rio Xingu, Indígenas do Território do Xingu, Waimiri Atroari, Kayapó-Menkragnoti associados ao Instituto Kabu, Montanha Mangabal, Krenak, Indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno, Tekoa Itaxi Mirim - Guaraní Mbya, Quilombolas de Jambuaçu Moju, Comunidades Pimental e São Francisco, Quilombolas de Abacatal/Aurá.

<sup>6</sup> Argumenta-se que isso causaria a desagregação dos processos e que o tratamento diferenciado para cada povo é garantido com a pré-consulta. No entanto, a análise do IWGIA (2019) considera que os protocolos de autonomia se concentram nos direitos à autonomia e à autodeterminação, e não em diretrizes para processos de pré-consulta.

A análise da Due Process Foundation indica que o Decreto contém algumas disposições incompatíveis com os padrões internacionais, entre outras, circunscreve a consulta como um instrumento de participação e informação <sup>(7)</sup> OXFAM, 2018)

- Normas e regulamentos setoriais que reconhecem o direito à consulta:
  - Artigo 58 da Lei Orgânica de Recursos , Usos da Água e Desenvolvimento Hídrico
  - Ley Orgánica de Participación Ciudadana em seus artigos 81° a 83°.
  - Lei de Mineração em seus artigos 87° a 91°.
  - Artigo 141 do Código Orgânico de Organização Territorial.
  - O Decreto 1247/2012 estabelece a regulamentação da Consulta Livre, Prévia e Informada nos processos de licitação e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos.
  - Decreto 1040, que se refere aos regulamentos de participação previstos na Lei de Gestão Ambiental e aos regulamentos do Ministério do Meio Ambiente, e se aplica a outros projetos de desenvolvimento em outros setores da economia.

**Peru:** A consulta prévia é exercida por meio de uma lei específica e seus regulamentos. Além disso, o Tribunal Constitucional peruano reconhece o caráter vinculante da jurisprudência da Corte Interamericana e dos pronunciamentos da OIT. A conformidade com os padrões internacionais na aplicação do direito à consulta prévia é baixa, por exemplo, em relação a como são determinados os projetos ou normas que devem ser submetidos à consulta.

- Os artigos 2, 19, 88, 89, 149 e 191 da Constituição Política do Peru referem-se aos direitos dos povos indígenas, que servem de base para a consulta prévia.
- Resolução Legislativa nº 26253/1993 que aprova a Convenção nº 169, que entrou em vigor em 1995.
- Lei sobre o Direito à Consulta Prévia aos Povos Indígenas (nº 29785/2011)
- Regulamento da Lei sobre o Direito à Consulta Prévia com Povos Indígenas ou Nativos (Decreto Legislativo nº 001-2012-MC/2012).

### **2.3. Políticas do Banco Mundial**

O BM desenvolveu políticas e padrões ambientais e sociais para projetos nos países beneficiários<sup>8</sup>. Em termos de divulgação de informações, consulta e participação das partes interessadas, estabelece que o país mutuário deve fornecer informações suficientes sobre os possíveis riscos e impactos do projeto de acordo com as especificações estipuladas no Environmental Social Standard - EAS 10, indicando que o envolvimento das partes interessadas deve ser proporcional aos riscos e impactos aos quais as comunidades afetadas estão sujeitas<sup>9</sup>. Além disso, reconhece a importância da interação aberta e transparente com as partes interessadas afetadas, estabelecendo disposições para a participação durante a formulação e implementação do Projeto por meio de processos de consulta significativos que permitam que as partes interessadas expressem suas opiniões e que o Mutuário as considere e responda. Por fim, estipula que cada projeto deve ter um mecanismo específico para tratar de reclamações e queixas.

---

<sup>7</sup> Due Process Foundation, OXFAM. 2018. Implementação do consentimento livre e previamente informado e da consulta. Experiências comparativas na América Latina e discussões sobre uma lei de consulta no México. Acessado em 06 de novembro de 2020, site da Due Process Foundation: [http://www.dplf.org/sites/default/files/informe\\_sobre\\_consulta\\_y\\_cpli\\_mexico\\_final\\_web.pdf](http://www.dplf.org/sites/default/files/informe_sobre_consulta_y_cpli_mexico_final_web.pdf)

<sup>8</sup> Banco Mundial (2016). Estrutura ambiental e social do Banco Mundial. Acessado em 21 de outubro de 2020, site do BM: <http://pubdocs.worldbank.org/en/345101522946582343/Environmental-Social-Framework-Spanish.pdf>

<sup>9</sup> O BM pode participar de atividades de consulta para entender as preocupações das partes afetadas e como o Mutuário as abordará na elaboração do Projeto e nas medidas de mitigação, monitorando sua implementação (Banco Mundial, 2016).

reclamações, que podem incluir mecanismos e arranjos formais e informais para as preocupações de forma rápida e eficaz, de maneira culturalmente relevante e sem custo ou retribuição.

## 2.4. Políticas da WCS sobre participação e consulta

As políticas e os procedimentos empregados pela WCS são projetados para garantir que as ações de conservação sejam consistentes com as melhores práticas de proteção social e cumpram as normas internacionais de direitos humanos, como a Estrutura Ambiental e Social do BM, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o Relatório Belmont sobre Princípios Éticos e Diretrizes para a Proteção de Sujeitos Humanos de Pesquisa. Isso inclui a criação de parcerias eficazes e duradouras com os povos indígenas e as comunidades locais, com base em seus direitos à terra e aos recursos, e a garantia de sua plena participação por meio do processo de *Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC)* nas decisões relacionadas ao gerenciamento de recursos naturais governados por diferentes estados, garantindo que eles não sejam deslocados involuntariamente, seja física ou economicamente. Por outro lado, a WCS adotou, em 2009, o documento "Conservation and Human Rights: A Framework for Action" <sup>10</sup>, com um conjunto de princípios sobre o respeito e a promoção dos padrões globais de direitos humanos no decorrer de seu trabalho de conservação, destacando a participação das partes interessadas como um componente fundamental.

## 2.5 Políticas do GEF

Desde 1996, o GEF adotou uma Política de Participação Pública<sup>11</sup> que contém disposições para garantir a participação da sociedade civil nos projetos que financia. Como parte de seus princípios, ela afirma que a participação pública efetiva deve contribuir para a sustentabilidade social, ambiental e financeira dos projetos, que é responsabilidade do país e da Agência Executora garantir a participação pública e que um orçamento é alocado dentro do projeto. Também afirma que a participação pública inclui a disseminação de informações, a consulta e a participação das partes interessadas, sendo estas últimas entendidas como pessoas, grupos ou instituições que têm interesse nos resultados de um projeto ou que podem ser afetados por ele<sup>12</sup>.

## 3. Identificação e análise das partes interessadas

Para os fins deste documento, de acordo com o EAS 10 do Banco Mundial (World Bank, 2016), entende-se o seguinte.

Parte interessada" significa indivíduos ou grupos que:

- a) afetadas ou que possam ser afetadas pelo Projeto (**partes afetadas pelo Projeto**), incluindo as partes que possam ser afetadas por impactos reais ou riscos potenciais ao seu ambiente físico, saúde, segurança, proteção e práticas culturais,

---

<sup>10</sup> WCS (2009). Conservation and Human Rights: A Framework for Action (Conservação e direitos humanos: uma estrutura para ação). Acessado em 21 de outubro de 2020, no site da WCS: <https://www.wcs.org/about-us/literature/conservation-and-human-rights>

<sup>11</sup> GEF (2015). Política de participação pública em projetos financiados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Acessado em 21 de outubro de 2020, site do GEF: [https://www.thegef.org/sites/default/files/documents/Public\\_Involvement\\_Policy\\_Spanish\\_Feb\\_18\\_2015\\_0.pdf](https://www.thegef.org/sites/default/files/documents/Public_Involvement_Policy_Spanish_Feb_18_2015_0.pdf)

<sup>12</sup> As partes interessadas incluem o governo do país beneficiário, agências de implementação, entidades encarregadas de executar o Projeto, grupos contratados para executar as atividades do Projeto e/ou consultados em diferentes estágios, beneficiários, grupos de pessoas que possam ser afetadas e outros grupos da sociedade civil que possam ter interesse no Projeto (Banco Mundial, 2016).

bem-estar ou meios de subsistência. Essas partes interessadas podem incluir indivíduos ou grupos, bem como comunidades locais, organizações de mulheres e associações privadas de produtores,

- b) têm maior probabilidade de serem afetados pelos impactos do Projeto ou podem ser mais limitados do que outros em sua capacidade de aproveitar os benefícios do Projeto (**grupos vulneráveis e desfavorecidos**),
- c) podem ter interesse no Projeto (**outras partes interessadas**), que pode ser devido à sua localização, características, impactos ou aspectos relacionados interesse público. Eles podem incluir, por exemplo, reguladores, funcionários do governo, o setor privado, a comunidade científica, acadêmicos, outras organizações da sociedade civil e grupos culturais.

### 3.1 Partes afetadas

Foi identificado um total de 83 organizações de base representando povos indígenas, afrodescendentes, artesãos, mulheres e pescadores (Tabela 4). Com relação às comunidades indígenas, o SEP responderá aos níveis organizacionais das comunidades e resguardos com o objetivo de alcançar as organizações de primeiro nível (nível comunal), envolvendo também os níveis mais altos da organização (Tabela 5). O Projeto reconhece que, em desses grupos populacionais, há outros grupos mais vulneráveis e desfavorecidos, como jovens, idosos ou pessoas com deficiências, que devem ser identificados detalhadamente em cada uma das três fases de socialização contempladas.

Deve-se observar que a implementação do Projeto nos componentes 1 e 2, uma vez cumpridas as condições de desembolso descritas no Acordo de Subvenção, será baseada no respeito à organização dos povos indígenas e afrodescendentes da Bacia, que têm uma liderança tradicional para a tomada de decisões em seus territórios por meio de seus Conselhos de Anciãos, Governos Territoriais, entre outros, que serão identificados e caracterizados durante os diálogos realizados nos processos de socialização.

Tabela 4. Número de organizações de base de acordo com o setor que representam, por país.

Tipo de parte interessada	País				
	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Total
Povos indígenas	13	17	2	6	38
Povos afrodescendentes		19			19
Pescadores	7	3		7	17
Mulheres	3	4	1		8
Artesãos	1 <sup>13</sup>				1
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>43</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>83</b>

Tabela 5: Níveis de organização das comunidades indígenas e resguardos.

País	Níveis orgânicos			
	Primeiro nível	Segundo nível	Terceiro nível	Total
Brasil	55	8	5	68
Colômbia	15	1	44	60

<sup>13</sup> Centro de Artesanato Indígena Tikuna Içaense.



Equador		19		19
Peru	32	47		79
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>75</b>	<b>49</b>	<b>226</b>

Na área do projeto, as organizações que representam o maior número de comunidades ou resguardos por país são: FECONAFROPU e FECOIBAP no Peru; OZIP na Colômbia e FEINCE no Equador (Tabela 6). Considerando que muitas comunidades não são formalmente organizadas ou representadas por organizações existentes, o Projeto fará um esforço para identificar e envolver essas comunidades à medida que forem afetadas pelo Projeto.

*Tabela 6. Lista de organizações indígenas por país.*

<b>País</b>	<b>Organizações indígenas</b>
<b>Equador</b>	FEINCE (representando 14 comunidades de Cofán) e ONISE (representando 5 comunidades de Siona).
<b>Brasil</b>	<b>COIAB</b> , ACISPO, AMIT, OKAS, ACIK, FOCCIT, Federação Kokama Kukamira, Associação Kaixana, Instituto Ngütapa, Betânia-Mekünare, Organização Indígena dos Kokama do Amazonas, Ass. Vila Alterosa, Ass. Vila Betânia
<b>Colômbia</b>	ACILAPP, ACIMA, ACITAM, AIZA, ASCINVAGUA, ASOAIMTAM, ASOCIPCA, ASOPASTOS, AZCAITA, AZICATCH, CIMTAR, COINPA, CRIMA, OIMA/CIMPUM, OZIP, OPIAC, PANI.
<b>Peru</b>	FECONAFROPU (representando 23 comunidades); FECOIBAP (10 comunidades); FECONAFROPU/FEKIMMEP (7 comunidades); OISPE (3 comunidades); OCIBPRY (3 comunidades); FECONAFROPU/FEKIMMEP (7 comunidades); OISPE (3 comunidades); OCIBPRY (3 comunidades). comunidades); FECONAMNCUA (2 comunidades); OISPE (2 comunidades)

Em nível regional, as organizações indígenas são representadas pela Coordenadora Indígena de la Cuenca Amazónica (COICA) e, em nível nacional, pela AIDSESP (Peru), ONIC (Colômbia), CONAIE (Equador) e COIAB (Brasil). Esses sistemas de governança constituem o canal para o processo de engajamento.

Em relação à população afrodescendente na Bacia, 19 organizações estão registradas para a Colômbia (Tabela 7). Para o Peru (Loreto) e o Brasil, uma porcentagem mínima da população se identifica como afrodescendente (4% da população de Santo Antônio do Içá, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mas não há registros de territórios próprios ou organizações estabelecidas. Para o Equador, ainda não há informações disponíveis para identificar se há comunidades afrodescendentes assentadas especificamente na Bacia. Essa informação será verificada em campo no início da implementação dos componentes 1 e 2 do Projeto.

*Tabela 7: Organizações que representam a população afrodescendente na Colômbia.*

<b>Organização</b>	<b>Número de pessoas representadas</b>
Afromocoenses	1.315
AFROPUERTOCOLONENSE	394
AFRODES	986
AFRO ORITENSIANO	1.253
ASCAC	3.084
ADAFROCOD	172
AFROCOBA	126
AFROLEGUIZAMO	1.642
Afrotesalia	578
AFRO VILLARBOLENSES	587
FUNPRODECAFROCVAG	976

AFROASISENSE	992
Organização da comunidade afro de Villagarzón	1.040
ORCONEPUL	1.509
Conselhos comunitários: Ranchería, San José de los Pinos, Tesalia, Versabal e Puerto Limón.	
<b>Total geral</b>	<b>14.654</b>

Outras estruturas organizacionais importantes são as que representam os pescadores artesanais que não necessariamente pertencem a povos indígenas ou afrodescendentes: 7 associações comunitárias privadas no Brasil, 3 na Colômbia e 7 no Peru (Tabela 8). No Equador, não foram encontradas associações registradas. É importante mencionar que na área do Projeto também há vários grupos associados a atividades agrícolas, pesqueiras e produtivas; no entanto, essas informações precisam ser esclarecidas e validadas em campo durante a implementação do Projeto.

**Tabela 8: Organizações que representam associações ou colônias privadas de pescadores artesanais no Brasil, Colômbia e Peru.**

País	Organizações
Brasil	ASSCOMAL/Rio Içá (representando 76 pescadores), Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá, Colônia de Pescadores de Santo Antônio do Içá, FEPESCA, Colpesca-SPO, Ass. Pescadores de São Paulo de Olivença, Sindicato dos Pescadores do Amazonas.
Colômbia	Associação de Pescadores do Rio Putumayo em Puerto Asis, ASOPESTAR e APIPOATA
Peru	Associações de Pescadores Artesanais e Processadores - APPAs: Arahua, Fronteras Vivas, Lleego, Los Bufeos del Yaguas, Los Catalanes del Putumayo, Los Cocodrilos, Los Golfinhos de Muntúm.

### 3.2 Grupos vulneráveis e desfavorecidos

Conforme indicado acima, há povos indígenas na Bacia do Putumayo-Içá que não são representados pelas organizações apresentadas na Tabela 7. Além disso, no Auto 004 de 2009, a Corte Constitucional da Colômbia identificou que os povos indígenas Siona, Murui, Kichwa, Awa, Korebaju, Embera Chami, Inga, Camëntsá, Kofán, Nasa, Yanacona e Pijaos que vivem no departamento de Putumayo, na fronteira com o Equador correm o risco de extermínio físico e cultural como consequência do conflito armado colombiano e dos impactos ambientais relacionados à expansão de cultivos ilícitos, atividades de mineração extrativista e exploração e aproveitamento de hidrocarbonetos. Isso pode aumentar sua vulnerabilidade e limitar sua capacidade de se expressar, participar e se beneficiar do Projeto. Consequentemente, serão garantidas ações como as seguintes: o estabelecimento de canais de comunicação direta com as comunidades que possam ser afetadas de alguma forma pelas atividades do Projeto, de acordo com suas estruturas organizacionais (Conselho de Anciãos, etc.); o reconhecimento de alertas precoces sobre os riscos de extinção dos povos indígenas e as medidas de proteção que são realizadas nos territórios; a articulação com outras entidades e iniciativas que desenvolvam atividades para a proteção dos direitos dos povos indígenas.

Em termos de gênero, na Bacia, as mulheres desempenham papéis e atividades importantes nas famílias de pequenos agricultores, indígenas e camponeses, que nem sempre são plenamente reconhecidos.

A maioria das mulheres não é reconhecida e, as intervenções não respondem a abordagens diferenciadas. Nessa área e na América Latina em geral, as mulheres frequentemente enfrentam diversas e sucessivas formas de discriminação histórica que se combinam e se sobrepõem, expondo-as a uma maior vulnerabilidade em todos os aspectos de sua vida cotidiana. De acordo com a CEPAL (2015), é evidente que elas sofrem uma maior incidência de pobreza, recebem rendas mais baixas, têm pouquíssimas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, menos escolaridade, o que resulta em altas taxas de analfabetismo, menos anos de expectativa de vida, maior mortalidade infantil e materna, bem como menos acesso a saneamento e água potável<sup>14</sup>. Elas também enfrentam acesso limitado a programas e serviços sociais, baixa participação em processos políticos e marginalização social, de modo que sua voz e participação são frequentemente limitadas, juntamente com a escassez de leis e políticas públicas para tratar de seus problemas específicos<sup>15</sup>. Isso ocorre apesar do fato de as mulheres indígenas serem reconhecidas como protetoras e guardiãs dos valores culturais e garantidoras da permanência de seus povos. Nesse contexto, o Projeto, por meio da implementação da estratégia de gênero, buscará reconhecer as contribuições, as capacidades e o potencial das mulheres indígenas como agentes ativos de mudança, promovendo sua participação e a de suas organizações, incluindo as seguintes (Tabela 9)<sup>16</sup>:

**Tabela 9. Organizações de mulheres no Brasil, Colômbia e Peru.**

<b>País</b>	<b>Organização</b>
<b>Brasil</b>	Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho
	Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões.
	Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira-Êta
<b>Colômbia</b>	Grupo de mulheres sábias Nimaira Uaii Jagiyi Nimaira Uaii Jagiyi.
	Asociación de Mujeres Indígenas Ariana de la Comunidad de Puerto Nuevo.
	Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá - ASMUCOTAR.
	Associação de Mulheres Indígenas ASOMI.
<b>Peru</b>	Organización Nacional de Mujeres Indígenas Andinas y Amazónicas del Perú - ONAMIAP Programa Mujer de la Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente - ORPIO Programa Nacional Mujer de la Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana - AIDSESP (Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru - ONAMIAP Programa de Mulheres da Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente - ORPIO) Mulheres líderes da Federação das Comunidades Nativas de Ampiyacu - FECONA Comitês de monitoramento formados por 180 mulheres. Mulheres organizadas nas comunidades de Tres Esquinas e San Martín, para o gerenciamento e a comercialização da Arahauana.

<sup>14</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. 2014. Mulheres indígenas. Novas protagonistas para novas políticas. Divisão de População e Divisão de Gênero. Editora CEPAL. 34 p. In: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36779/1/S2014351\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36779/1/S2014351_es.pdf)

<sup>15</sup> Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Mulheres indígenas e seus direitos humanos Américas. p.157. ISBN 978-0-8270-6658-8. Em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/MujeresIndigenas.pdf>

<sup>16</sup> De La Cruz, P. 2015. Ferias de Chagras na Amazônia colombiana, contribuições para o conhecimento tradicional e o intercâmbio de produtos de associações indígenas y mujeres de Tarapacá. 218 p. Em: [https://www.researchgate.net/publication/287205299\\_Ferias\\_de\\_Chagras\\_en\\_la\\_Amazonia\\_colombiana\\_contribucion\\_en\\_to\\_traditional\\_knowledge\\_and\\_the\\_exchange\\_of\\_products\\_of\\_indigenous\\_and\\_women's\\_associations\\_de\\_Tarapaca](https://www.researchgate.net/publication/287205299_Ferias_de_Chagras_en_la_Amazonia_colombiana_contribucion_en_to_traditional_knowledge_and_the_exchange_of_products_of_indigenous_and_women's_associations_de_Tarapaca)

No Equador, não foram encontradas informações sobre associações de mulheres, que serão validadas no território durante a implementação do Projeto em seus Componentes 1 e 2.

Reconhecendo a situação das mulheres em geral na Bacia, o Projeto tem um Plano de Ação de Gênero que promoverá uma abordagem sensível ao gênero, levando em conta as necessidades específicas, as prioridades, as estruturas de poder, o status e as relações entre homens e mulheres para abordá-los no projeto, na implementação e na avaliação das atividades. Dessa forma, busca-se garantir que mulheres e homens tenham oportunidades iguais de participar e obter benefícios apropriados para seu empoderamento.

Finalmente, como mencionado anteriormente, foi identificada a presença de povos indígenas em isolamento voluntário na Bacia. Esses povos são afetados, entre outros fatores, pelos resíduos de mercúrio depositados nos rios pelo garimpo ilegal em algumas áreas da bacia, o que gera alta contaminação nos peixes que são posteriormente consumidos por seus habitantes. Nesse sentido, esses povos são considerados uma população vulnerável, sendo prioritárias para o Projeto as considerações definidas na ESA 7, visando à tomada de medidas apropriadas para reconhecer, respeitar e proteger suas terras e territórios, meio ambiente, saúde e cultura, bem como medidas para evitar qualquer contato indesejado com eles como consequência do Projeto.

### 3.3 Outras partes interessadas

As partes interessadas e suas funções são apresentadas na Tabela 10. Destaca-se que algumas dessas partes interessadas estarão diretamente envolvidas na implementação do Projeto, como segue:

*Tabela 10: Partes interessadas e funções do projeto.*

Setor	País	Organizações	Função
<b>Autoridades nacionais</b>	Brasil	SEMA ANA Brasil	Principais atores na formulação de políticas e regulamentações e em questões estratégicas, como uso da terra, planejamento e gestão de bacias hidrográficas, promovendo a articulação com políticas e programas setoriais.
	Colômbia	Minambiente	
	Equador	MAATE	
	Peru	MINAM ANA Peru	
<b>Autoridades estaduais, departamentais ou regionais</b>	Brasil	SEPROR/SEPA IPAAM SEDECTI	Articulação dos resultados do projeto de acordo com as prioridades regionais. Participação em políticas e iniciativas regionais e locais. Apoio ao desenvolvimento e à implementação de ações transfronteiriças. Apoio na geração de informações e conhecimento. Os beneficiários de alguns dos Intervenções do projeto.
	Colômbia	Corpoamazônia	
	Equador	GADP SUCUMBIOS INABIO IPIAP	
	Peru	GOREL	
<b>Autoridades com jurisdição territorial especial: áreas naturais protegidas</b>	Brasil	ICMBio SEMA	Identificação e implementação de atividades para o gerenciamento eficaz de áreas estratégicas de conservação para segurança hídrica e fornecimento de serviços de ecossistema. Os beneficiários de alguns dos Intervenções do projeto
	Colômbia	PNN	
	Equador	Sistema de área nacional Protegido	
	Peru	SERNANP	
	Brasil	Fundação Rainforest, INPA, , UFAM, IDSM,	
		WWF Brasil, Field Museum, Museu Magüta, CNS	

<b>Órgãos científicos, acadêmicos e ONGs</b>	Colômbia	SINCHI, FCDS, ACT, Fundação GAIA, Tropenbos, WWF Colômbia, CI Colômbia, Museu Field, FZCS	Eles contribuem com conhecimento e experiência para a pesquisa aplicada na região do Projeto.
	Equador	WWF Equador, NCI	
	Peru	CEDIA, IBC, The Field Museu, FZCS, Rainforest Foundation, WWF Peru	
<b>Autoridades locais</b>	Todos os países	Todos aqueles cuja jurisdição político-administrativa era identificados na Tabela 1 e no Anexo 1.	Apoio na implementação das atividades do projeto.  Beneficiários de algumas intervenções do projeto
<b>Comunidades e populações locais</b>		Organizações indígenas, afrodescendentes, associações de artesãos, pescadores, mulheres, entre outros.	Setor mais vulnerável devido aos níveis de pobreza e porque sua identidade cultural e meios de subsistência estão associados a florestas e rios. Principais beneficiários do projeto
<b>Organizações do setor privado</b>		Setores produtivos (por exemplo, ANDI - Colômbia, entre outros)	Alinhar os investimentos com as boas práticas e promover oportunidades de negócios em articulação com do setor público. Recursos financeiros e relações com fontes de financiamento. Beneficiários dos resultados do projeto para fortalecer suas práticas.

### 3.3.1. Setor privado

Além das organizações comunitárias privadas mencionadas acima, que são potenciais beneficiárias do Projeto, o Projeto envolverá empresas do setor privado ligadas ao uso de recursos naturais na bacia.

Dentro das atividades do Projeto contempladas no componente 1, o setor privado será convidado a participar dos grupos temáticos relevantes para construir a visão compartilhada e elaborar o plano estratégico para a bacia. Seu envolvimento permitirá, então, a geração de vínculos com os setores produtivos da comunidade e a criação de de discussão em que sua perspectiva será levada em conta.

Para o componente 2, o Projeto fornecerá assistência técnica a empresas do setor privado envolvidas em atividades que possam levar à poluição da água, com o objetivo de gerar acordos e promover melhores práticas sustentáveis. Além disso, para o projeto e o teste do sistema de alerta precoce, o setor privado desempenhará um papel crucial como parceiro do Projeto. O sistema ativar a comunicação com os órgãos locais e regionais de gerenciamento de emergências, que, por sua vez, terão de iniciar planos de contingência e, acima de tudo, priorizar a atenção às comunidades locais situadas áreas mais baixas da bacia. Para

Para implementar com sucesso essa abordagem, o Projeto fornecerá assistência técnica a empresas privadas para melhorar seus planos de contingência.

Além disso, o fortalecimento das cadeias de valor produtivas por meio de subprojetos envolverá atores privados com funções específicas: (i) organizações de produtores privados locais como beneficiários (incluindo organizações lideradas por mulheres); (ii) investidores privados, fornecendo capital e conhecimento sobre desenvolvimento de negócios, empreendedorismo e marketing; (iii) instituições de pesquisa privadas oferecendo conhecimento científico; (iv) autoridades ambientais regionais, articulando atividades do Projeto com seus programas de Negócios Verdes e gerando vínculos com possíveis compradores privados; e (v) outras ONGs locais e instituições privadas, compartilhando lições aprendidas com experiências semelhantes na região. Além disso, o Projeto desenvolverá uma análise de mercado para avaliar a viabilidade de os produtos selecionados se conectarem aos mercados com um diferencial de preço que reflita sua origem e práticas sustentáveis. Essa análise envolverá a identificação de possíveis desafios e oportunidades, inovações para melhorar o acesso ao mercado e a avaliação da participação do setor privado, entre outros pontos.

Durante a preparação, a equipe identificou empresas potenciais interessadas em comercializar produtos produzidos de forma sustentável com um preço premium em reconhecimento e incentivo às boas práticas. Uma das empresas identificadas é a Natura, a maior multinacional brasileira de cosméticos, que utiliza principalmente produtos locais da Amazônia (castanha, açaí, ucuuba, pataúá, entre outros) e envolve as comunidades locais em suas cadeias de valor. A Natura tem iniciativas em algumas áreas da Amazônia brasileira na bacia do Putumayo-Içá e espera expandir suas operações para o Peru, Equador e Colômbia. Nesse sentido, sua participação será fundamental para a comercialização de PFNMs na área.

As organizações privadas de produtores comunitários também se beneficiarão do mercado e dos cursos ministrados por autoridades ambientais, como a Corpoamazonia (Colômbia), para fortalecer sua capacidade de fazer negócios com o setor privado no âmbito de acordos de comércio justo.

Como parte dos planos de gerenciamento de pesca, o Projeto fornecerá apoio às organizações comunitárias beneficiárias para a concepção e o desenvolvimento de planos de negócios e análises de viabilidade, dando-lhes as ferramentas para negociar em termos justos com investidores privados interessados em apoiar cadeias de valor de recursos naturais sustentáveis.

Como exemplo a ser destacado, a Associação Nacional de Industriais da Colômbia (ANDI) participou da preparação do Projeto para identificar áreas de interesse comum e também se comprometeu a apoiar com cofinanciamento. Especificamente, a ANDI identificou o departamento de Putumayo como uma área prioritária para a canalização de recursos do setor privado devido ao seu alto valor de conservação.

Por fim, o Projeto, em colaboração com os Projetos GOLD do GEF, buscará estabelecer parcerias com empresas privadas para promover esforços conjuntos para garantir a rastreabilidade do ouro, o consumo responsável e o apoio à conscientização sobre os impactos negativos do uso do mercúrio.

#### 4. Estratégia de engajamento das partes interessadas

A abordagem do Programa de Participação do Projeto GEF Putumayo-Içá busca promover e garantir a participação das diferentes partes interessadas na identificação dos benefícios e oportunidades do Projeto Putumayo-Içá a partir de uma reflexão sobre o valor da biodiversidade e da riqueza cultural presentes na Bacia. Nesse sentido, todos os atores são essenciais e suas interações são fundamentais para alinhar objetivos, atividades e planos de trabalho. Para , houve avanços na formulação do Projeto com uma multiplicidade de partes interessadas, garantindo um processo participativo e inclusivo ao longo das 3 fases propostas na estratégia de participação das partes interessadas.

Em uma **primeira fase**, a partir de janeiro de 2020, foram iniciadas consultas e espaços de trabalho virtuais com as partes interessadas dos quatro países para a formulação do Projeto Putumayo-Içá. As principais partes interessadas do projeto incluem populações indígenas e afrodescendentes, bem como mulheres e jovens. No entanto, devido à situação de pandemia da Covid-19, as possibilidades de consulta presencial com essas comunidades não foram viáveis nessa primeira fase. Em resposta a essa situação, e considerando as redes de governança descritas acima, bem como as condições de alfabetização, idioma e meios de comunicação acessíveis, propõe-se uma **segunda fase** de socialização virtual entre o final de 2020 e o primeiro semestre de 2021, e a **terceira fase** de socialização presencial 2022 e durante toda a implementação do Projeto iniciada (considerando as restrições), com o objetivo principal de garantir o envolvimento dos diferentes atores presentes na área de influência do Projeto, atores institucionais, governos locais e regionais, entre outros atores sociais.

A comunicação e a socialização do Projeto serão realizadas levando-se em conta as seguintes ênfases e públicos: (i) comunicações internas que manterão a equipe e os parceiros de implementação, tais como autoridades ambientais, academia, ONGs, institutos de pesquisa, em cada um dos países, informados sobre o progresso do Projeto e apoiarão a tomada de decisões de forma otimizada; (ii) comunicações comunitárias que, levando em conta o conhecimento das comunidades locais e dos povos indígenas, se esforçarão para fortalecer espaços e canais que reforcem sua capacidade (incluindo a de organizações/associações de produtores privados) de transmitir suas necessidades e expectativas sobre atividades e os processos do Projeto; (iii) comunicações externas que promoverão e disseminarão as informações do Projeto para um público mais amplo (autoridades locais, ONGs, institutos de pesquisa, setor privado e empresarial, bem como comunidades não diretamente beneficiadas) e buscarão aumentar a conscientização sobre questões-chave, como os impactos da poluição da água sobre os ecossistemas e os habitantes da Bacia. Isso será mantido durante a implementação das atividades durante o período de execução do Projeto, com o objetivo de apoiar o diálogo entre as diferentes partes interessadas, com base em um conhecimento comum, visando à tomada de decisões informadas para o gerenciamento da bacia (Figura 1).

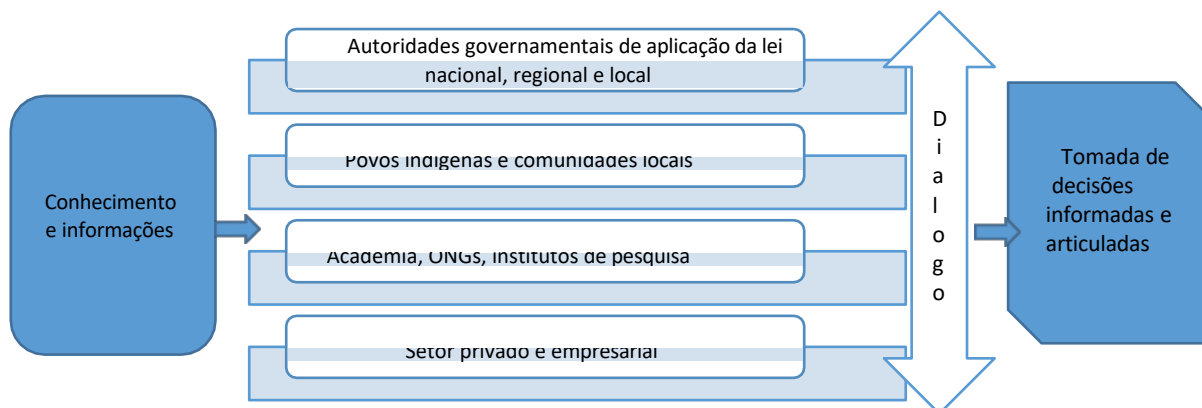


Figura 1: Fluxo de informações e conhecimento para a socialização do Projeto Putumayo-Içá para diferentes partes interessadas

Em nível metodológico, foram definidos três eixos para o processo de socialização do Projeto. O primeiro eixo busca fornecer uma base geral de informações e conhecimentos aos stakeholders, informando-os sobre o Projeto e sua importância para as comunidades que vivem na Bacia, além de criar espaços para esclarecer dúvidas sobre o processo e receber comentários. O segundo eixo busca promover a compreensão das partes interessadas sobre seu papel no Projeto, para que se apropriem e participem das diferentes atividades do Projeto. Finalmente, o terceiro eixo tem como objetivo acordar esquemas de trabalho conjunto e de diálogo, destacando os benefícios que o Projeto e o trabalho articulado lhes oferecem (Figura 2).

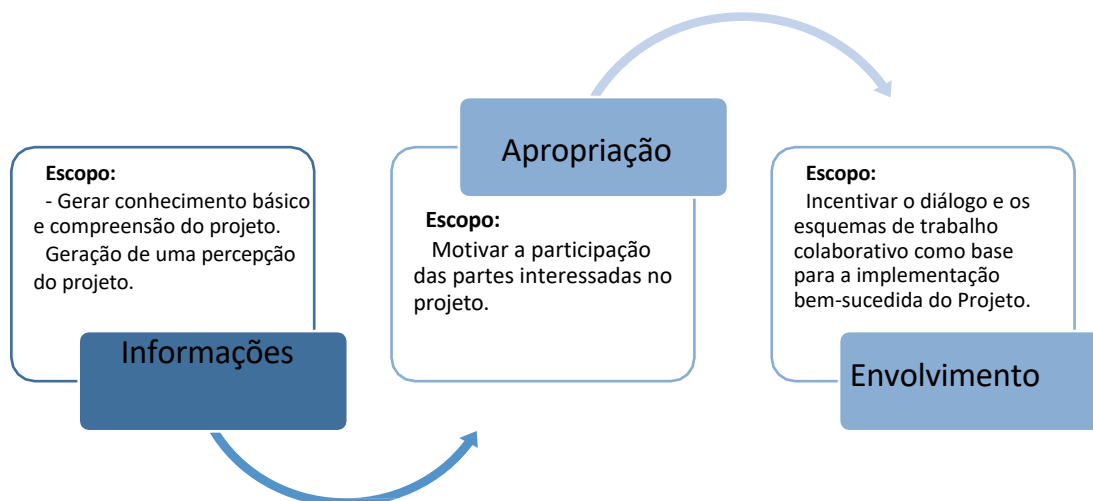


Figura 2. Pilares da estratégia de socialização do Projeto Putumayo-Içá para diferentes atores em suas Fases 2 e 3.

Nesse sentido, a socialização inclui a geração e a disseminação das informações do Projeto por meio de diferentes canais de comunicação uni e bidirecionais. Essa disseminação requer a identificação dos melhores canais de acordo com as partes interessadas (públicos-alvo), sendo fundamental avançar em direção a uma disseminação assertiva, que se torne uma informação efetiva e ajude a posicionar o Projeto entre as partes e a construir confiança. Além disso, espera-se contar com o apoio na divulgação de atores governamentais e de ONGs que já possuem



acesso às comunidades, por meio de suas próprias páginas na web, onde são socializadas informações e documentos do Projeto.

No âmbito dessa estratégia, a equipe técnica da PMU e da WCS avançou na definição das informações e mensagens-chave a serem divulgadas, cujo conteúdo básico se concentrou na apresentação do objetivo do Projeto, seus componentes, benefícios, parceiros-chave (principalmente as agências) e mecanismos de contato para receber perguntas, comentários, sugestões, entre outros, e na definição de espaços virtuais de reunião. É importante destacar que, embora os materiais de comunicação sejam preparados para uso nos quatro países, pode haver meios e/ou materiais de comunicação que, dependendo das necessidades e da identificação de oportunidades em cada país, podem ou não ser priorizados ou específicos para cada um dos países ou territórios impactados (Tabela 11).

*Tabela 11: Meios e canais socialização não presencial do Projeto com as comunidades indígenas e locais.*

<b>Linhas discursivas para o construção de mensagens</b>	<b>Mídia</b>	<b>Materiais de comunicação</b>
Base de conhecimento do projeto e conceitos-chave associados.	Site: <a href="http://www.cuencaputumayoica.com">www.cuencaputumayoica.com</a> Plataformas virtuais Mídia social Reuniões virtuais	Apresentações. Peças informativas para serem enviadas por meio de redes sociais. Vídeos curtos.
Benefícios e oportunidades derivados do Projeto para as comunidades.	Plataformas virtuais Redes sociais Site	Peças informativas para serem enviadas às redes sociais. Vídeos curtos.
Importância do conhecimento tradicional para a conservação das espécies de plantas. diversidade da bacia.	Mídia social	

Com base no exposto, o projeto começou a elaborar mensagens e peças de comunicação com informações organizadas, relevantes e culturalmente apropriadas:

- O espanhol e o português são os principais idiomas para a elaboração das mensagens, pois são os idiomas mais utilizados pelos habitantes locais e pelas organizações com jurisdição na Bacia. No entanto, no caso de comunidades monolíngues de línguas nativas, se necessário, será considerada a possibilidade de transmitir mensagens também em seus respectivos idiomas. De acordo com o diagnóstico, 25 idiomas nativos são falados na Bacia e são compartilhados por comunidades indígenas de 2 ou mais países (Tabela 12).
- Uso de linguagem clara, simples e concreta, evitando tecnicismos, para que os diferentes públicos-alvo possam entendê-los e replicá-los facilmente.
- Para ter maior impacto e credibilidade, as mensagens reconhecerão os valores culturais e apelarão para o papel e a responsabilidade social das comunidades na gestão da Bacia, de modo que as comunidades se identifiquem com o objetivo do Projeto.

As peças de comunicação podem ser encontradas [no Google Drive](#) e no site do Projeto, seção "[nossas notícias](#)". As peças serão atualizadas assim que o especialista em comunicação do Projeto for contratado, seguindo as diretrizes de comunicação do GEF, do BM e da WCS, bem como as das entidades aliadas.

Por outro lado, foi dada prioridade à articulação com as redes de governança de povos indígenas e comunidades afrodescendentes, e organizações de pescadores, mulheres e artesãos, com o objetivo de garantir um fluxo de comunicação bidirecional para aprimorar a socialização e a replicabilidade das mensagens, e para abordar preocupações e comentários de diferentes públicos. Com o mesmo objetivo, a página do Projeto na Web inclui uma seção para comentários e informações de contato telefônico.

*Tabela 12. Idiomas transfronteiriços na Bacia do Putumayo-Icá. Fonte: Elaboração própria, com informações do Instituto Caro y Cuervo, 2020.*

Países	Idiomas nativos compartilhados	Família linguística
Brasil, Peru e Colômbia	Ticuna / Tikuna	Yurí-tikuna
	Murui-muinani / Uitoto	Witoto
	Kukama - kukamiria	Tupi-Guarani
Brasil e Colômbia	Baniwa	Arawak
	Jupda / jupde / hup	Nadahup
	Yuhup	
	Bará, Barasana, Desano, Karapana, Makuna, Piratapuyo, Siriano, Tukano, Tuyuca	Tucano Oriental
	Yeral, nheengatu	Tupi-Guarani
Equador e Colômbia	Siona (pau-brasil)	Tucano Ocidental
	Kofan	Independente
	Inga	Quíchua
Equador, Peru e Colômbia	Kichwa / Quichua	Quíchua
Peru e Colômbia	Yagua	Peba-yagua
	Bora	Bora
	Ocaina / Okaina	Witoto
	Andoque / andoque	Independente
	Resígaro	Arawak

Por fim, é importante destacar que o desenho e a implementação dessa estratégia garantem a adoção do Consentimento Livre, Prévio e Informado, de acordo com a estrutura política e regulatória de cada país, a Convenção 169 da OIT e os principais princípios definidos para os processos de socialização e consulta, incluindo informações oportunas, transparência, interculturalidade, confidencialidade, entre outros. Essa adoção do consentimento ocorrerá após conclusão da fase de socialização presencial, levando em conta que não é possível realizar consultas virtuais.

Os seguintes foram identificados como possíveis canais e mecanismos de disseminação:

#### **(i) Divulgação e comunicações escritas**

Como ponto de partida, e considerando que o principal público-alvo deste Projeto são as comunidades indígenas e locais, o mecanismo de comunicação priorizado para os quatro (4) países é comunicações formais por escrito dirigidas aos líderes das respectivas organizações que as representam (Tabela 13), com o objetivo de estabelecer um primeiro contato, apresentar o Projeto e convidá-los a participar.

Tabela 13. Organizações identificadas para serem contatadas.

País	Organização
<b>Brasil</b>	ACIK, ACISPO, AMIT, ASSCOMAL/Rio Içá, Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá, COIAB, Colônia de pescadores de Santo Antônio do Içá, FEPESCA, OKAS, Org. Indígena Kokama do Amazonas.
<b>Colômbia</b>	OZIP, Mesa Permanente del Pueblo Kofán, Asociación COINPA Puerto Alegria, CIMPUM - Conselho Povo Muruy, AIZA - Asociación indígena Zona Arica, CIMTAR Tarapacá, ASOINTAM.
<b>Equador</b>	FEINCE, ONISE, FONAKISE, nacionalidade Siekopai
<b>Peru</b>	AIDSESP, ORPIO, FIKAPIR, OISPE, ECA SIECO PAI, ECA ÑUKANCHIPA SUMAK SACHA, ANECAP, FECONAFROPU, FECOIBAP, OCIBPRY, FECONAMAI, FEKIMMEP, ONAMIAP.

## (ii) Reunião virtual

Para iniciar um mecanismo de diálogo e participação com as organizações que foram identificadas e priorizadas como partes interessadas, serão desenvolvidos espaços virtuais de reunião para socializar os objetivos do Projeto, seus principais componentes e seus benefícios e oportunidades para as comunidades e instituições públicas e da sociedade civil.

## (iii) Espaços de divulgação identificados

Eles permitem a socialização do projeto para um público mais amplo. Nesse sentido, foram feitos esforços para identificar espaços adicionais de divulgação, como fóruns, festivais, simpósios, congressos, entre outros. Nesse sentido, foi solicitado o apoio dos pontos focais, que farão consultas sobre possíveis espaços para incluir a apresentação e a socialização do Projeto, seja com entidades governamentais ou outras. Da mesma forma, os pontos focais também sugerirão atores adicionais a serem incluídos, cuja participação seja relevante e que expressem sua intenção de comparecer ou ser informados por meio de outra das estratégias propostas. As informações associadas à participação nesses espaços complementares de divulgação e seus principais resultados serão incluídas nos relatórios semestrais de implementação do SEP.

## (iv) Site

Como uma das principais estratégias, foi liderada a construção do site do Projeto, [www.cuencaputumayoica.com](http://www.cuencaputumayoica.com), que foi lançado em 4 de fevereiro de 2021. Esse site hospeda informações estratégicas sobre a descrição do Projeto, componentes, atualizações de progresso, localização geográfica geral, entidades participantes, entre outras, inicialmente em espanhol e, posteriormente, em português. Além de fornecer informações, o site foi promovido como um canal de comunicação com o público em geral, habilitado para receber perguntas, sugestões e comentários e para tornar visível o mecanismo de queixas e reclamações, bem como os documentos enquadrados nos Padrões Ambientais e Sociais.

É importante ressaltar que, dado que mecanismos de comunicação virtual em geral não são formalmente reconhecidos pelas comunidades indígenas para estabelecer diálogo e interlocução com elas, será dada prioridade a presenciais que possam ser realizadas na Fase 3 para esse público-alvo. Essas reuniões serão realizadas levando-se em conta a nota técnica do Banco Mundial "Consultas públicas e participação das partes".

interessados em operações apoiadas pelo BM em que há restrições à capacidade de realizar reuniões públicas" de 20 de março de 2020.

#### 4.1 Socialização e diálogo face a face com as partes interessadas.

Durante essa fase, iniciada no segundo semestre de 2021, em paralelo à fase 2, avançou-se no desenvolvimento de atividades presenciais - reuniões e oficinas - como espaço de diálogo com comunidades indígenas, afrodescendentes e organizações de pescadores e mulheres, entre outras, com o objetivo de fortalecer a socialização e o feedback ao Projeto, no âmbito de um processo de construção colaborativo e inclusivo. Os espaços de trabalho presenciais foram articulados com as respectivas instituições parceiras do Projeto em cada país, que fornecem apoio técnico, logístico e operacional para a socialização, e também foram planejados com a participação dos governos municipais, territoriais e regionais correspondentes.

Durante essa fase, além de enfatizar aspectos fundamentais do Projeto, como seu objetivo, componentes e benefícios, serão socializados os riscos e impactos potenciais identificados, bem como as medidas correspondentes propostas para mitigá-los, que foram consolidadas nos instrumentos do Projeto, como o ESMF e a Estrutura de Planejamento para Povos Indígenas. Nesse sentido, para cada parte interessada, serão definidas uma linguagem, uma abordagem e mensagens específicas com referências particulares que lhes permitirão se apropriar do Projeto de forma natural, com base na identificação das vantagens, benefícios e incentivos de sua participação. Por outro lado, a página web do Projeto será atualizada, seguindo as diretrizes do GEF, como um espaço para receber observações, consultas e preocupações do público em geral, posicionando essa ferramenta como um dos principais mecanismos de comunicação interativa permanente. Finalmente, é importante destacar que a socialização do Projeto é um processo contínuo durante a implementação do Projeto e será realizada de acordo com o Projeto proposto nas Fases 2 e 3, sendo realizada a correspondente atualização dos instrumentos do Projeto com os processos e resultados finais da socialização.

*Tabela 14: Meios e canais para a socialização presencial do Projeto com as comunidades indígenas e locais.*

Linhas discursivas para o construção de mensagens	Mídia	Materiais de comunicação
Base de conhecimento do projeto e conceitos-chave associados.	Site dos Workshops Mídia social Material impresso Rádio	Apresentações. Folheto de mapas Resumos executivos Pôsteres Peças informativas para redes sociais. Vídeos curtos. Peças radiais
Benefícios e oportunidades derivados do Projeto para as comunidades.		
Medidas de mitigação propostas riscos e impactos potenciais	Workshops Material impresso	Infográficos Apresentações

#### 4.2 Participação durante a implementação do projeto.

Garantir a participação oportuna e eficaz das é fundamental para obter resultados favoráveis para . , a implementação do Projeto, bem sua formulação, continuará a ser realizada de forma altamente participativa com essas partes, sob o modelo de diálogos, consensos e construção participativa presencial com todas as partes afetadas, durante a implementação das atividades, continuando a avançar com a socialização presencial e a aplicação de instrumentos de gestão social para o Projeto.

Com isso, espera-se gerar e consolidar uma relação de colaboração e confiança com as diferentes partes interessadas, incentivando-as a interagir, dialogar e compartilhar conhecimentos. Com base nessa abordagem, entre os principais objetivos a serem alcançados está o de procurar gerenciar as expectativas das diversas partes interessadas por meio de uma boa comunicação e de um acordo firme sobre o escopo regional e as limitações do Projeto, destacando continuamente o valor da participação diversificada e inclusiva na tomada de decisões como o eixo para a comunicação aberta e a transparência, garantindo que o Projeto comece e seja implementado legitimamente.

Para isso, o projeto partirá do reconhecimento dos povos indígenas, dos afrodescendentes e das comunidades locais como partes interessadas, parceiros e detentores de direitos, que desempenham um papel importante no uso sustentável, no gerenciamento e na conservação do meio ambiente. Nesse sentido, o Projeto garantirá a facilitação e a geração de seus próprios espaços de trabalho e discussão com os beneficiários do Projeto, que serão projetados e implementados de acordo com sua cultura, tempos e estruturas organizacionais. Também será dada atenção especial à inclusão de mulheres, idosos e jovens, tanto indígenas quanto de outras comunidades locais, em reconhecimento ao seu papel na manutenção, recuperação e transferência do conhecimento tradicional, apoiando sua inclusão e promovendo sua participação e a de outros especialistas tradicionais nas diferentes atividades do Projeto. Isso será acompanhado por material de divulgação, que poderá ser produzido em idiomas nativos, conforme acordado.

Por outro lado, será promovida a participação de representantes indígenas, oficialmente delegados pelos respectivos povos, nos diferentes espaços de tomada de decisão do Projeto, como o Comitê Técnico e o Comitê de Direção Regional (RSC), aspecto fundamental para levar em conta seus interesses e orientar as atividades com base em suas realidades culturais.

Por fim, para garantir que todas as partes interessadas possam expressar suas dúvidas, consultas e comentários sobre a implementação do Projeto, será estabelecido um mecanismo de reclamações e reivindicações, conforme descrito no capítulo 5 abaixo.

## **5. Mecanismo para lidar com reclamações e queixas**

Para tratar de dúvidas, preocupações e reclamações que possam surgir durante a preparação e a implementação do Projeto, haverá um Mecanismo de Queixas e Reclamações - MAQR, com o objetivo de fortalecer a participação direta das partes interessadas. O MAQR também vinculará o WCS e os Mecanismos Globais de Reparação de Queixas do próprio BM, e sua implementação é concebida como um processo de melhoria que será aperfeiçoado em seu desempenho. Nesse , o objetivo do MAQR é fornecer um mecanismo para que as pessoas ou comunidades afetadas, e outras pessoas com conhecimento das circunstâncias, façam reclamações e queixas de boa-fé sobre os impactos do Projeto; fornecendo uma estrutura para garantir que as reclamações e queixas sejam tratadas, respondidas e documentadas de maneira justa e oportuna. Isso também fornecerá insumos para melhorar a implementação e os resultados do projeto e evitará conflitos ao atender às reclamações e sugestões em tempo hábil, sempre agindo de acordo com os seguintes princípios:

- Liberdade de expressão,
- Respeito à cosmovisão dos povos indígenas,
- Transparência e acessibilidade, fortalecendo as rotas de participação das partes interessadas e fornecendo informações publicamente acessíveis sobre as questões abordadas pelo MAQR,

- Legitimidade, fornecimento de segurança e fortalecimento da governança,
- Equidade, com ênfase em grupos vulneráveis com menos oportunidades, como povos indígenas e afrodescendentes, mulheres, jovens, entre outros.

### **5.1 O que é uma reclamação e queixa?**

Para os fins do MAQR, uma queixa e uma reclamação significam uma apresentação de boa fé de uma reclamação sobre o Projeto e suas atividades que haja motivo razoável para acreditar que esteja contribuindo ou causando abusos de direitos humanos ou violações dos direitos humanos de indivíduos ou comunidades<sup>17</sup>. É importante observar que elas podem ser feitas de forma anônima, e informações não públicas, sensíveis e/ou pessoalmente identificáveis serão tratadas como confidenciais na medida do possível, dependendo das circunstâncias. Nos casos em que a apresentação de uma reclamação e denúncia envolver risco para o denunciante, a WCS responderá de forma a proteger sua privacidade e garantir a confidencialidade das informações fornecidas, ao mesmo tempo em que permite a reparação adequada de quaisquer denúncias apresentadas. Em determinadas circunstâncias, a WCS pode ser legalmente obrigada a divulgar informações fornecidas de acordo com o MRA.

### **5.2 Quem pode registrar uma reclamação ou queixa?**

O MAQR estará disponível para qualquer parte interessada em qualquer momento durante o ciclo de vida do Projeto, conforme definido no capítulo 3 deste documento. A Unidade Coordenadora do Projeto - UGP se encarregará da socialização do MAQR para as diferentes partes interessadas, com especial atenção às comunidades indígenas e locais e outras populações, nos diferentes espaços de trabalho conjunto que serão realizados desde o início da implementação do Projeto.

### **5.3 Como faço para registrar uma reclamação e queixa?**

Para iniciar o processo, estarão disponíveis os seguintes canais de acesso, que serão socializados entre as partes interessadas:

- Recepção de pessoa a pessoa, por meio dos líderes e representantes das organizações e sistemas de governança dos povos indígenas e comunidades locais, que, por sua vez, apresentarão o caso à UGP, contribuindo assim para um feedback ajustado à cultura e aos costumes dos povos indígenas e afrodescendentes para a resolução de divergências. Nesse ponto, é importante destacar que será elaborado um plano de treinamento para os líderes e representantes sobre a importância e o funcionamento dos Mecanismos de Queixas e Reclamações do Projeto, de modo que eles sejam um apoio fundamental para o recebimento de queixas e reclamações de forma verbal, escrita, por e-mail, WhatsApp e/ou por meio dos sites do Projeto e das entidades parceiras que serão definidos antes do início das atividades do Projeto.
- Em relação à página da Web do Projeto, ela terá um link chamado "Fale conosco", que hospedará um formulário para qualquer parte interessada inserir suas reclamações e reivindicações. Uma vez inseridas, será gerada uma resposta automática confirmando o recebimento da solicitação, gerando um número de arquivo e informando que, em um período não superior a 15 dias, a parte interessada poderá enviar suas queixas e reclamações.

---

<sup>17</sup> O termo "direitos humanos" refere-se aos direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e descritos nas políticas da WCS.

A resposta será fornecida dentro de dias úteis. Esse mecanismo também permitirá que a identidade das pessoas seja protegida, já que não será obrigatório preencher os campos de nome, carteira de identidade e local, por telefone, nas linhas estabelecidas para esse fim e que serão definidas antes do início das atividades do Projeto.

- Por telefone, usando as linhas configuradas para esse fim, que serão definidas antes do início das atividades.

Para que seja possível avançar na respectiva investigação e gerar uma resposta adequada de forma personalizada, as seguintes informações são necessárias:

- Nome(s), afiliação(ões), endereço(s) e outras informações de contato da(s) pessoa(s) que fez(aram) a reclamação e queixa e/ou de seu(s) representante(s). Os representantes devem identificar (s) pessoa(s) em nome da(s) qual(is) a queixa e reclamação foi registrada e fornecer evidências de sua autoridade para representar essa(s) pessoa(s). Em qualquer caso, reitera-se que o denunciante pode anônimo. Entretanto, é importante observar que a denúncia anônima pode limitar a capacidade das entidades parceiras de investigar e responder adequadamente à denúncia e à reclamação.
- Uma descrição dos fatos, circunstâncias e eventos específicos que deram origem à reclamação e à queixa: local, data, hora, nomes e descrições das pessoas envolvidas, declarações feitas, incluindo citações exatas sempre que possível, ações observadas ou testemunhadas e nomes ou descrições de quaisquer testemunhas. Quanto mais específicas e detalhadas forem as informações fornecidas, mais completa e eficaz será a investigação e a resposta.
- Uma explicação do dano sofrido e de como os direitos de um indivíduo ou comunidade foram violados. O relator de uma reclamação ou queixa pode fazer referência a códigos de conduta, padrões, políticas ou outras estruturas relevantes para caso e, quando aplicável, deve descrever quaisquer esforços para resolver o caso por meio de outros mecanismos de reparação disponíveis.
- Uma descrição do reparo solicitado, quando relevante ou apropriado.

## 5.4 Como as reclamações e queixas são tratadas?

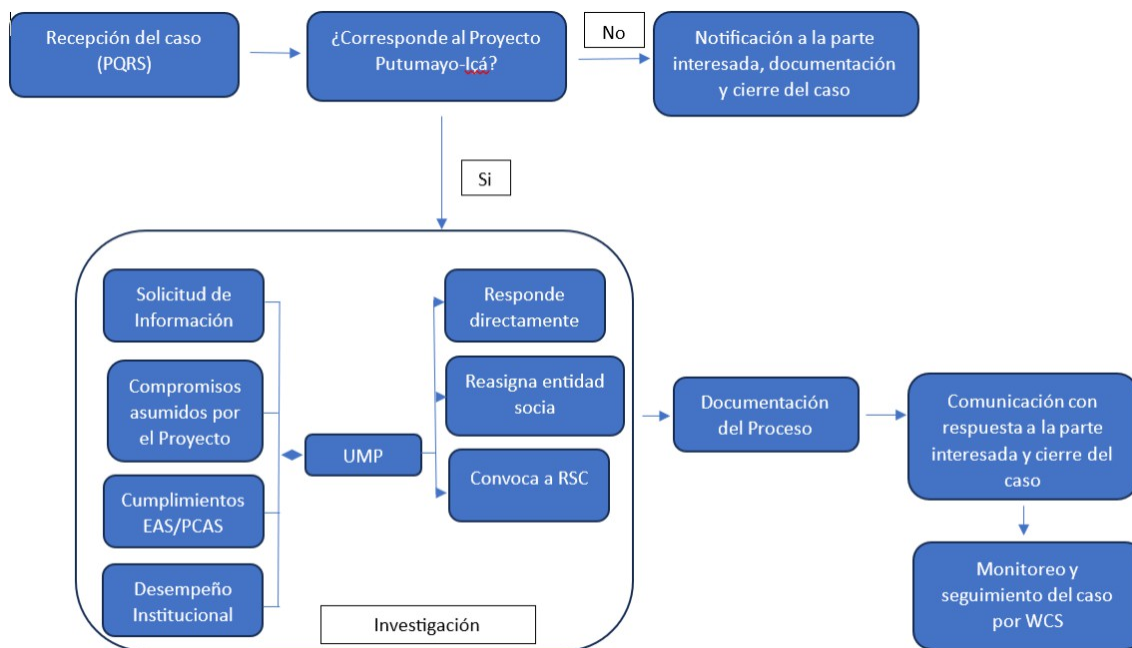


Figura 3: Diagrama de análise, resposta e encerramento de queixas e reclamações recebidas no MAQR do Projeto Putumayo-Icá.

Assim que um caso é recebido, ele é encaminhado à PMU, que desenvolverá um plano de revisão adequado ao local, à natureza, à gravidade e à complexidade da reclamação e da queixa. Esse plano definirá o processo de investigação e resposta, incluindo as seguintes etapas:

- i. **Investigação:** Todas as queixas e reclamações serão classificadas em duas categorias principais: "Corresponde ao Projeto Putumayo-Icá" ou "Não corresponde ao Projeto Putumayo-Icá", sendo essa classificação de responsabilidade de um profissional responsável pelo MAQR que faz parte UMP, sob a liderança do especialista social e de governança e do coordenador de padrões ambientais e sociais e do diretor do Projeto. Os casos classificados como "Correspondem" serão reclassificados nas seguintes categorias, de acordo com sua natureza:
  - *Solicitud de informaciones:* refere-se a abordagens que levantam questões sobre responsabilidades ou datas de implementação de atividades,
  - *Compromissos assumidos pelo Projeto,* referentes à aplicação dos protocolos ou planos estabelecidos para a implementação das diferentes atividades do Projeto, tais como Workshops, Treinamento, Assistência Técnica, Atividades de Intervenção, Monitoramento e Acompanhamento.
  - *Conformidade do projeto com os Padrões Ambientais e Sociais,* a Estrutura de Gestão Ambiental e Social, o Plano de Compromissos Ambientais e Sociais e a Estrutura de Gestão Ambiental e Social,
  - *Desempenho institucional,* que reúne todas as sugestões recebidas em relação ao desempenho das instituições parceiras do Projeto.



Por outro lado, as reivindicações que forem consideradas falsas, frívolas ou apresentadas com intenção maliciosa serão classificadas como "*Não Aplicável*" e serão rejeitadas e excluídas de outras considerações, e as partes envolvidas serão notificadas da determinação feita, levando ao respectivo encerramento do caso. A investigação pode incluir entrevistas com o pessoal do Projeto, testemunhas e pessoas afetadas (na medida do possível e apropriado), análise da documentação relevante e outros materiais, tirar fotografias e outras coletas de informações para determinar a base factual do caso.

- ii. **Documentação:** todos os casos processados de acordo com o MAQR serão documentados e monitorados pelo Coordenador de Padrões Ambientais e Sociais do Projeto e pelo Especialista em Salvaguardas da região da WCS AAO. Os resultados da investigação e quaisquer recomendações para resolução ou ação corretiva serão documentados por escrito. No caso de a reclamação chegar a entidade parceira, o chefe dessa entidade será responsável por compartilhar essas informações com a WCS para a ação apropriada. A WCS verificará periodicamente com o diretor de tais instituições para identificar se as reclamações foram recebidas.
- iii. **Comunicação:** o denunciante será notificado de que a reclamação foi recebida, e um ponto de contato será identificado. Na conclusão da investigação, os resultados da investigação e as ações relevantes serão comunicados por meio mecanismos de resposta relatados pela parte denunciante.
- iv. **Monitoramento:** se recomendado no relatório de investigação do caso, a WCS monitorará a implementação das ações corretivas tomadas e documentará o progresso.

Para qualquer reclamação apresentada, a resposta não deve exceder 15 dias úteis, e deve ser mantida comunicação permanente com o(s) reclamante(s) para fornecer mais informações sobre suas reclamações, informá-lo(s) sobre o progresso feito e as soluções propostas para seu caso. Em caso de atraso, será feita uma notificação explicando os motivos do atraso e o prazo para a resposta.

De acordo com a natureza do caso, a UMP avaliará a viabilidade de abordá-lo e resolvê-lo diretamente. Se necessário, a UMP poderá recorrer a entidades parceiras para complementar a resposta a uma queixa e reclamação ou diretamente, cabendo, neste último caso, à entidade parceira assumir o processo e dar a respectiva resposta no prazo definido, informando sempre a UMP. Por outro lado, se a gravidade do caso assim o justificar, o da UMP poderá convocar uma reunião extraordinária do RSC<sup>18</sup>, à qual deverá ser apresentada toda a documentação necessária para suportar a tomada de decisão.

Por fim, é importante destacar que a PMU, em todos os casos, deve documentar todas as reclamações e queixas recebidas e processo de resposta, mantendo os arquivos locais e regionais disponíveis por meio de um registro geral que permita efetivamente sua consolidação para a apresentação de relatórios ao RSC e a consolidação das informações nos relatórios semestrais enviados ao BM.

Além do próprio MAQR do Projeto, é importante mencionar que, em qualquer caso, as comunidades e os indivíduos que se sentirem afetados negativamente por um Projeto apoiado pelo BM também podem apresentar suas reclamações diretamente ao Banco por meio do Serviço de Reparação de Queixas pelos seguintes canais:

---

<sup>18</sup> Como parte dos arranjos institucionais do Projeto, o RSC será responsável pela supervisão geral do Projeto e será composto pelos pontos focais operacionais do GEF de cada país ou seus delegados (SEMA no caso de do Brasil) e a WCS, que atuará como Secretaria do Comitê.

- Por e-mail: [grievances@worldbank.org](mailto:grievances@worldbank.org)
- Por fax: +1.202.614.7313
- Por correio: Banco Mundial, Grievance Redress Service, MSN MC10-1018, 1818 H Street Northwest, Washington, DC 20433, EUA.

## 6. Implementação, acompanhamento e monitoramento do Plano de Engajamento de Partes Interessadas

Para a implementação do SEP durante a execução atividades do Projeto, o trabalho será realizado em conjunto com os pontos focais de cada país (membros do Comitê Diretivo Regional) e as instituições parceiras correspondentes (membros do Comitê Técnico), a fim de garantir os processos de participação e socialização do Projeto às partes interessadas. Além disso, o Projeto contará com um especialista social e de governança, juntamente com o Coordenador de Padrões Ambientais e Sociais, para apoiar a implementação e o monitoramento das ações propostas. A Tabela 15 mostra as responsabilidades dos diferentes atores na implementação do SEP.

*Tabela 15: Responsabilidades dos principais parceiros/partes interessadas na implementação do SEP.*

Ator/Stakeholder	Responsabilidades
<b>PMU (Unidade de Gerenciamento de Projetos), Coordenador de padrões ambientais e sociais/ Especialista em governança e social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento, implementação, acompanhamento e monitoramento do SEP.</li> <li>- Relatório para o RSC.</li> <li>- Gerenciamento e manuseio do MAQR pelo profissional do MAQR, com orientação do Especialista em Proteção Social e Salvaguardas e da Coordenação do Projeto.</li> <li>- Coordenação/supervisão do desempenho do contratado.</li> <li>- Reportando-se ao Banco Mundial.</li> <li>- Elaboração de propostas de melhorias na implementação do projeto em termos de envolvimento e relacionamento com as partes interessadas.</li> </ul>
<b>WCS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento do processo de consulta e participação das partes interessadas.</li> <li>- Supervisionar o cumprimento das diretrizes e orientações da SEP e da MGAS.</li> <li>- Acompanhamento do MAQR.</li> <li>- Monitoramento e acompanhamento de casos resolvidos pelo MAQR.</li> <li>- Contribuir para a elaboração e validação de relatórios para o RSC (WCS).</li> </ul>
<b>Pontos focais e Parceiros do projeto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio na estruturação e implementação do SEP.</li> <li>- Gerenciamento de respostas MAQR, de acordo com sua competência.</li> </ul>
<b>Partes interessadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação no projeto.</li> <li>- Apoiar a inclusão e a implementação adequada do Projeto, fazendo uso do MAQR e dos espaços de participação definidos no SEP.</li> </ul>

Quanto ao acompanhamento e monitoramento do cumprimento do SEP, incluindo o MAQR, ele será apoiado pelo Especialista Social e de Governança, em coordenação com a PMU. Essa equipe fornecerá relatórios ao RSC no âmbito das reuniões semestrais desse Comitê ou, extraordinariamente, a pedido de uma de suas partes. Também gerará relatórios para o Banco Mundial, de acordo com os períodos de relatórios semestrais do progresso técnico e financeiro do Projeto. Em ambos os processos, os respectivos suportes serão anexados para prestar contas do progresso e da implementação do SEP (memórias das sessões de trabalho e de treinamento com as partes interessadas no MAQR, documentação dos casos processados por meio do MAQR, entre outros) e farão sugestões de melhorias para garantir a participação efetiva das partes interessadas e a prevenção de conflitos com elas. , o Projeto tem um

Monitoramento, no qual há indicadores definidos para acompanhar a participação das partes afetadas e os relatórios recebidos e tratados no MAQR. Nesse sentido, estão disponíveis os seguintes indicadores para monitoramento e acompanhamento do SEP, a serem reportados semestralmente pela WCS (Tabela 16).

Tabela 16. Indicadores associados à implementação do SEP.

Nome do indicador	Linha de base	Alvo	Fonte
Beneficiários diretos desagregados por gênero como co-beneficiários. benefício do investimento do GEF (Número)	0	5.000 (#)	Relatórios do Projeto
Mulheres beneficiárias diretas como co-beneficiárias do Investimento do GEF (%)	0	45 (%)	Relatórios do Projeto
Reclamações registradas em relação à entrega do Benefícios do projeto que são resolvidos (%)	0	100 (%)	MAQR

## Anexos

### Anexo 1. Lista de unidades político-administrativas envolvidas no projeto

País	Unidades político-administrativas
Brasil	Estado: Amazonas Municípios: Amaturá, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamim Constant, Tonantins.
Colômbia	Departamentos: Nariño, Putumayo e Amazonas Municípios: El Encanto, La Chorrera, Leticia, Puerto Alegría, Puerto Arica, Puerto Nariño, Puerto Santander, Puerto Santander, Tarapacá, Córdoba, Funes, Ipiales, Potosí, Puerres, Pasto, Colón, Mocoa, Orito, Puerto Asís, Puerto Caicedo, Puerto Leguizamo, San Francisco, San Miguel, Santiago, Sibundoy, Valle del Guamuéz, Villagarzón.
Equador	Paróquias: El Dorado de Cascales, Santa Rosa de Sucumbíos, Sevilla, Cuyabeno, Puerto Libre, Dureno, General Farfan, Jambeli, Nueva Loja, Pacayacu, Santa Cecilia, Palma Roja, Puerto Bolivar, Puerto el Carmen del Putumayo, Puerto Rodriguez, Santa Elena, Rosa Florida.
Peru	Departamento: Loreto Distritos: Putumayo, Rosa Panduro, Teniente Manuel Clavero, Yaguas.

### Anexo 2. Estrutura legal do Brasil, Colômbia, Equador e Peru sobre participação, acesso à informação e consulta livre e informada aos povos indígenas.

País	Temática dos padrões	
	Participação e acesso a informações	Consulta livre e informada aos povos indígenas
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei de Acesso a Dados e Informações</li> <li>Informações ambientais (Lei nº. 10650/2003)</li> <li>- Lei da Água (Lei Federal nº. 9433/1997)</li> <li>- Lei da Transparência (LC 131/2009)</li> <li>- Lei de Acesso à Informação (Lei 12527/2011)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Política, capítulo "Sobre os Povos Indígenas" e artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias.</li> <li>- Decreto legislativo que ratifica a Convenção 169 (Decreto nº 143/2002).</li> <li>- Protocolos de consulta regional</li> </ul>

Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei sobre órgãos de supervisão do cidadão (Lei nº 850/2003)</li> <li>- Lei sobre Transparência e Direito de Acesso à Informação Lei nº 1712/2014)</li> <li>- Lei estatutária sobre participação (Lei nº 1757/2015)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Política, artigos 1º, 7º, 63º, 287º, 329º e 330º.</li> <li>- Lei que aprova a Convenção 169 (Lei 21/1991)</li> <li>- Decreto nº 1397/1996.</li> <li>- A Diretriz Presidencial nº 001/2010 estabelece quais ações exigem consulta, quais não exigem e os mecanismos para realizá-la.</li> <li>- O Decreto 2893/2011 cria a Diretoria de Consulta Prévia no Ministério do Interior.</li> <li>- O Decreto 2613/2013 e a Diretriz Presidencial 10/2013 regulamentam indiretamente a consulta prévia.</li> <li>- Protocolos de envolvimento de povos indígenas e comunidades afrodescendentes.</li> <li>- Decisão do Tribunal Constitucional T-063 / 19</li> </ul>
Equador	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei Orgânica de Participação Cidadã (2010)</li> <li>- Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública (Lei nº 24/2004)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os artigos 56, 57 e 398 da Constituição do Equador reconhecem expressamente o direito à consulta.</li> <li>- Resolução nº 304/1998 que ratifica a Convenção 169.</li> <li>- Decreto 1247/2012, regulamento para a realização de consulta prévia livre e informada na licitação e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos.</li> <li>- Critérios estabelecidos pelo Tribunal Constitucional (março de 2010), para consulta prévia</li> </ul>
Peru	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei N°26300/1994 sobre os direitos de participação e controle do cidadão.</li> <li>- Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública (nº 27806/2002)</li> <li>- Lei de Estrutura do Sistema Nacional de Gestão Ambiental (Lei nº. 28245/2005).</li> <li>- Lei Orgânica de Governos Regionais Lei N°27867/2003 e Lei N°28056/2003).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Política, artigos 2º, 19º, 88º, 89º, 149º e 191º, sobre os direitos dos povos indígenas.</li> <li>- Resolução Legislativa nº 26253/1993 a Convenção 169.</li> <li>- Lei sobre o Direito à Consulta Prévia aos Povos Indígenas (nº 29785/2011)</li> <li>- Regulamento da Lei sobre o Direito à Consulta Prévia com Povos Indígenas ou Nativos (Decreto Legislativo nº 001-2012-MC/2012).</li> </ul>

### **Anexo 3.** Plano de trabalho para socialização presencial com as partes interessadas em 2024.

O cronograma de socialização do projeto para as associações indígenas presentes na bacia do Putumayo-Içá teve uma série de atrasos que impossibilitaram a visibilidade adequada do projeto, de suas atividades e de seus benefícios. Durante as atividades de 2023, uma série de atividades de coordenação foram realizadas pela UMP com os países envolvidos no Projeto, bem como com instituições aliadas e ONGs que estão presentes no território, e ações serão articuladas no âmbito do trabalho para divulgar o escopo do Projeto para as comunidades, mas ao mesmo tempo para identificar potenciais líderes comunitários para fazer parte de ações específicas do Projeto, como o monitoramento da comunidade, além de servir como contatos para a recepção de possíveis reclamações e queixas.

País	Organizações	Metodologia	Resultado esperado	Data prevista para o relatório
Colômbia	OZIP	<p>1) De acordo comunicações anteriores com os líderes da OZIP, as comunidades associadas à OZIP serão priorizadas nas quais o Projeto poderá fazer intervenções.</p> <p>2. em seguida, por meio do OZIP, as autoridades das comunidades priorizadas para o projeto serão contatadas a fim desenvolver um roteiro do trabalho que pode ser desenvolvido em conjunto. Se não for possível reunir-se pessoalmente, será feito o seguinte buscará realizar reuniões virtuais.</p>	<p>1. Relatório das comunidades priorizadas para o trabalho do Trabalho do projeto.</p> <p>2. socialização face a face y elaboração de um roteiro com as comunidades priorizadas</p>	1. abril 2024
	Escritório Permanente do Povo Kofan	<p>1. Uma reunião presencial será realizada em La Hormiga, Putumayo. Nessa reunião, o projeto será apresentado e se entenderá quais comunidades estão interessadas em quais ações do projeto. Caso não seja possível realizar a reunião presencial, buscaremos realizar reuniões virtuais .</p> <p>2. Em seguida, serão criados espaços com as autoridades de cada comunidade priorizada e uma folha de rota correspondente.</p>	<p>1. Relatório da reunião Mesa Vila Cofan</p> <p>2. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas</p>	1. abril 2024
	Associação COINPA Puerto Alegria	<p>1. Como a COINPA está localizada em uma área remota e de difícil acesso devido a questões de segurança pública, será tentada uma reunião com eles por telefone e será feita uma proposta para que alguns de seus líderes viagem para Puerto Leguízamo ou Puerto Asís, no departamento de Putumayo.</p> <p>2. Quando a reunião presencial puder ser realizada, serão priorizadas as comunidades associadas à COINPA com as quais o projeto poderá ser desenvolvido.</p> <p>3. Por fim, serão feitos esforços para entrar em contato com as autoridades indígenas das comunidades priorizadas e facilitar sua viagem a Puerto Leguízamo, Porto Assisi ou qualquer população</p>	<p>1. Relatório e resultados da reunião virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. abril 2024</p> <p>2. Agosto 2024</p>

		O objetivo é desenvolver um roteiro para o trabalho conjunto.		
	CIMPUM Conselho Indígena do povo Muruy	<p>1. Como o CIMPUM está localizado em uma área remota de difícil acesso devido a questões de segurança pública, será marcada uma reunião com eles por telefone e será proposto que alguns de seus líderes viajem para Puerto Leguizamo ou Puerto Asís, no departamento de Putumayo.</p> <p>2. Quando a reunião presencial puder ser realizada, serão priorizadas as comunidades associadas à CIMPUM com as quais o projeto poderá ser desenvolvido.</p> <p>3. Por fim, procuraremos entrar em contato com as autoridades indígenas das comunidades priorizadas e facilitaremos seu deslocamento a Puerto Leguizamo, Puerto Asís ou a uma cidade próxima, para podermos desenvolver um roteiro para o trabalho conjunto.</p>	<p>1. Relatório e resultados da reunião virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. abril 2024</p> <p>2. Agosto 2024</p>
	AIZA Associação Indígena Zona Arica	<p>1. Os líderes da AIZA serão convidados para as socializações em El Estrecho, Peru, uma vez que, devido à sua localização remota, pode ser difícil para eles ser difícil viajar. Reuniões virtuais serão planejadas caso não seja possível ter líderes da AIZA presentes pessoalmente. . presencial.</p> <p>2. Quando for possível reunir o espaço virtual ou presencial, serão priorizadas as comunidades associadas à AIZA com as quais o projeto poderá ser desenvolvido.</p> <p>3. Por fim, procuraremos entrar em contato com as autoridades indígenas das comunidades priorizadas e facilitaremos seu deslocamento a Puerto Leguizamo, Puerto Asís ou a uma cidade próxima, para podermos desenvolver um roteiro para o trabalho conjunto.</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. Março 204</p> <p>2. julho 2024</p>

	CIMTAR Tarapacá	<p>1. Serão propostas reuniões presenciais em Taparacá com a CIMTAR e outros atores que estejam próximos ou possam viajar para essa área. Se não for possível realizar reuniões presenciais, serão propostas reuniões virtuais.</p> <p>2. Será dada prioridade às comunidades da CIMTAR que estejam interessadas em participar do Projeto e com as quais possam ser realizadas atividades associadas.</p> <p>3. As autoridades indígenas das comunidades priorizadas serão contatadas e sua viagem a Leticia será facilitada para desenvolver um roteiro para trabalho conjunto.</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. Março 2024</p> <p>2. julho 2024</p>
	ASOAIMTAM	<p>1. Serão propostas reuniões presenciais em Taparacá com a ASOAIMTAM e outros atores que estejam próximos ou possam viajar para essa área. Se não for possível realizar reuniões presenciais, serão propostas reuniões virtuais. Serão propostas reuniões virtuais.</p> <p>2. Será dada prioridade às comunidades da ASOAIMTAM que estejam interessadas em participar do Projeto e com as quais possam ser realizadas atividades associadas.</p> <p>3. As autoridades indígenas das comunidades priorizadas serão contatadas e sua viagem a Leticia será facilitada para desenvolver um roteiro para trabalho conjunto.</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. Março 2024</p> <p>2. julho 2024</p>
Brasil	ACIK	<p>1. A ACIK e a AMIT serão contatadas em espaços virtuais para apresentar o projeto. Nessa reunião, será feita uma proposta para a realização de reuniões presenciais. Dependendo da resposta das associações, tentaremos organizar reuniões presenciais em cidades próximas a Tabatinga. Se isso não for possível, tentaremos mobilizar os líderes dessas organizações para espaços próximos a Tabatinga. a Tabatinga.</p> <p>2. Será dada prioridade às comunidades</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteamento com</p>	1. Março de 2024
	AMIT			

		<p>interessados no Projeto e localizados nas áreas prioritizadas pelo Projeto.</p> <p>3. as autoridades indígenas das comunidades prioritizadas serão contatadas e sua viagem a Tabatinga será facilitada para o desenvolvimento de um roteiro de trabalho conjunto.</p>	comunidades prioritárias	
	ACISPO	<p>1. Será dada prioridade ao trabalho com as comunidades associadas à ACISPO que estão localizadas na bacia do Putumayo-Içá. Em seguida, essas comunidades serão contatadas virtualmente e será proposta uma reunião presencial. Será proposta uma reunião presencial.</p> <p>2. Serão realizadas reuniões presenciais com as comunidades, onde elas trabalharão em um plano de desenvolvimento rural para o trabalho que pode ser desenvolvido em conjunto.</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro com as comunidades priorizado</p>	1. Março de 2024
	ASSCOMAL/Rio Içá	<p>1. As primeiras interações com essas organizações ocorreram em 2021, quando o projeto foi apresentado a elas. As comunidades associadas a essas organizações serão priorizadas para que seja possível convocar uma reunião presencial em Santo Antônio de Içá, onde poderá ser estabelecido um roteiro para o trabalho correspondente.</p>	<p>1. Relatório com os resultados da socialização e do roteiro com as comunidades priorizadas.</p>	1. Março de 2024
	Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá (Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá)			
	Associação dos Witotos da Amazônia (AWAS)			
	Colônia de pescadores de Santo Antônio do Içá			
	COIAB	<p>1. Serão realizadas reuniões virtuais com as organizações que tiverem acesso à Internet e concordarem com essa reunião. Com as organizações que não acesso à Internet, serão realizadas reuniões presenciais para apresentar o projeto e priorizar as comunidades que possam se interessar pelo projeto.</p> <p>2. Serão realizadas reuniões virtuais com as autoridades comunitárias que</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteamento</p>	1. Março de 2024
	FEPESCA			
	Fundação Nacional Indígena (FUNAI)			
	OKAS			
	Organização Indígena Kokama do Amazonas.			



			com	
		<p>estão associadas a essas organizações. Para as autoridades que não puderem realizar uma reunião virtual, será realizada uma reunião presencial, dependendo de sua localização.</p> <p>3. Após a realização das reuniões com as autoridades comunitárias prioritárias, será desenvolvido um roteiro para implementação do projeto.</p>	comunidades prioritárias	
Equador	FEINCE	<p>1. Será convocada uma reunião em Sucumbíos, Equador, na qual se buscará a participação dos líderes das organizações indígenas de Putumayo, Equador. Nessa reunião, o Projeto será apresentado e as associações serão convidadas a colaborar em priorizar as comunidades que possam se interessar pelas ações do Projeto.</p> <p>2. Serão realizadas reuniões virtuais e/ou presenciais com as autoridades das comunidades priorizadas para trabalhar no Projeto. Nessas reuniões, será elaborado um roteiro das ações a serem desenvolvidas com cada comunidade, de acordo com as necessidades da mesma. plano de trabalho.</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. Março 2024</p> <p>2. Agosto 2024</p> <p>3. Outubro de 2024</p>
	ONISE			
	FONAKISE			
	Nacionalidade Redwood			
	Nacionalidade Siona			
	Nacionalidade Siekopai			
Peru	AIDSESP	<p>1. Será convocada uma reunião em Lima, onde se encontram alguns líderes da AIDSESP, na qual será apresentado o Projeto e serão priorizadas as comunidades interessadas em trabalhar nas ações/geografias priorizadas no projeto. O Projeto.</p> <p>2. As reuniões virtuais serão realizadas com as autoridades comunitárias associadas à AIDSESP. Para as autoridades que não puderem realizar uma reunião virtual, será realizada uma reunião presencial, dependendo da de sua localização.</p> <p>3. Após a realização das reuniões com as autoridades comunitárias prioritárias, será desenvolvido um roteiro para implementação do projeto.</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. maio 2024</p> <p>2. Setembro de 2024</p>

	ANECAP	<p>1. Será convocada uma reunião em Lima, onde estão localizados alguns líderes da ANECAP, na qual o Projeto será apresentado e as comunidades interessadas em trabalhar nas ações/geografias priorizadas no do Projeto.</p> <p>2. Serão realizadas reuniões virtuais com as autoridades comunitárias associadas à ANECAP. Para as autoridades que não puderem realizar uma reunião virtual, será realizada uma reunião presencial, dependendo da de sua localização.</p> <p>3. Após a realização das reuniões com as autoridades comunitárias prioritárias, será desenvolvido um roteiro para a implementação do projeto.</p>		
	ECA SIECO PAI	<p>1. Será convocada uma reunião na fronteira entre o Peru e o Equador, onde estão localizados alguns líderes da ECA, para apresentar o projeto e priorizar as comunidades interessadas em trabalhar nas ações/geografias priorizadas no projeto.</p>	1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual	
	ECA ÑUKANCHIPA SUMAK SACHA	<p>2. Serão realizadas reuniões presenciais com as autoridades comunitárias associadas ao ECA. Para as autoridades que não puderem se reunir pessoalmente, as reuniões serão realizadas virtualmente.</p> <p>3. Após a realização das reuniões com as autoridades comunitárias prioritárias, será desenvolvido um roteiro para a implementação do projeto.</p>	<p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. maio 2024</p> <p>2. Agosto 2024</p>
	FECOIBAP	<p>Será feita uma abordagem com as autoridades indígenas relevantes dessas comunidades e socializaremos as ações concretas que estamos buscando promover.</p>	<p>1. Relatório de visita do Field Museum, observando quais ações o Field Museum do Projeto es tão alinhados com os planos de vida das comunidades participantes.</p> <p>2. Relatório e roteiro com as comunidades interessados em</p>	<p>1. abril 2024</p>

			trabalho no o projeto.	
	FECONAFROP	Será realizada uma reunião virtual com a FECONAFROP para tentar entender se há interesses específicos dentro da FECONAFROP para trabalhar Projeto GEF Putumayo-Icá, seguida de reuniões virtuais com as autoridades indígenas correspondentes.	1. Relatório reunião virtual com Pacto 2. Relatório e roteiro, se aplicável, com as comunidades envolvidas na Projeto	1. Outubro 2023 2. Abril de 2024
	FECONAMAI	1. Realizar reuniões presenciais nos centros urbanos mais próximos de onde estão localizados os líderes dessas associações. Se isso não for possível, será buscado contato virtual.	1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual	
	FEKIMMEP	2. Serão realizadas reuniões presenciais com as autoridades comunitárias associadas a essas organizações. Para as autoridades que não puderem se reunir pessoalmente, a reunião será realizada virtualmente.	2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.	1. abril 2024 2. Agosto 2024
	FIKAPIR	3. Após a realização das reuniões com as autoridades comunitárias prioritárias, será desenvolvido um roteiro para a implementação do projeto.	3. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas	
	OCIBPRY	1. Será convocada uma reunião em El Estrecho, Peru, onde estão localizados alguns líderes da OCIBPRY, na qual o Projeto será apresentado e as comunidades interessadas em trabalhar nas ações/geografias priorizadas no Projeto serão priorizadas. 2. Serão realizadas reuniões presenciais com as autoridades comunitárias associadas à OCIBPRY. Para as autoridades que não puderem se reunir pessoalmente, a reunião será realizada virtualmente. 3. Após a realização das reuniões com as autoridades comunitárias prioritárias, será desenvolvido um roteiro para a implementação do projeto.	1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual 2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto. 3. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas	1. abril 2024 2. Agosto de 2024

	OISPE	<p>1. Será convocada uma reunião na fronteira Peru-Ecuador, onde se encontram alguns líderes da OISPE, na qual será apresentado o Projeto e serão priorizadas as comunidades interessadas em trabalhar nas ações/geografias priorizadas no Projeto.</p> <p>2. Serão realizadas reuniões presenciais com as autoridades comunitárias associadas à OISPE. Para as autoridades que não puderem se reunir pessoalmente, as reuniões serão realizadas virtualmente.</p> <p>3. Após a realização de reuniões com as autoridades comunitárias prioritárias, será desenvolvido um roteiro para implementação do projeto.</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. abril 2024</p> <p>2. Agosto de 2024</p>
	ONAMIAP	<p>1. Será convocada uma reunião em Lima, onde se encontram alguns líderes da ONAMIAP, na qual será apresentado o Projeto e serão priorizadas as comunidades interessadas em trabalhar nas ações/geografias priorizadas no projeto. O Projeto.</p> <p>2. Após a realização de reuniões com as autoridades comunitárias prioritárias, será desenvolvido um roteiro para implementação do projeto.</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteamento com comunidades prioritárias</p>	<p>1. junho 2024</p>

	ORPIO	<p>1. Será convocada uma reunião em Iquitos, sede da ORPIO, na qual o projeto será apresentado e as comunidades interessadas em trabalhar nas ações/geografias priorizadas serão priorizadas em o projeto .</p> <p>2. Serão realizadas reuniões presenciais em Iquitos com as autoridades comunitárias associadas à ORPIO e que estejam na área. Para as autoridades que não puderem realizar uma reunião presencial, a reunião será realizada virtualmente.</p> <p>3. Uma vez que as reuniões são realizadas com as autoridades comunitárias prioritárias,</p>	<p>1. Relatório e resultados primeira reunião presencial/virtual</p> <p>2. Priorização de comunidades interessadas e em áreas de interesse para o projeto. Projeto.</p> <p>3. Relatório e roteiro roteiro com comunidades priorizadas</p>	<p>1. Junho de 20242.</p> <p>2. Setembro de 2024</p>
		será desenvolvido um roteiro para implementação do projeto.		